

ANNE BASTOS MARTINS

**PLURIATIVIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR:
AS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO TURISMO RURAL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2005

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

M386p
2005

Martins, Anne Bastos, 1975-

Pluriatividade e agricultura familiar : as possibilidades e limitações do turismo rural / Anne Bastos Martins.
– Viçosa : UFV, 2005.
xiv, 87f. : il. ; 29cm.

Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 84-87.

1. Agricultura familiar. 2. Ecoturismo - Maria da Fé (MG). 3. Desenvolvimento rural - Maria da Fé (MG).
4. Fazendas - Uso recreativo - Maria da Fé (MG).
5. Maria da Fé (MG) - Condições econômicas.
I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 338.1

ANNE BASTOS MARTINS

**PLURIATIVIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR:
AS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO TURISMO RURAL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 03 de junho de 2005.

Vera Lúcia Travençolo Muniz

Sheila Maria Doula

José Benedito Pinho
(Conselheiro)

José Norberto Muniz
(Conselheiro)

José Ambrósio Ferreira Neto
(Orientador)

Dedico este trabalho ao povo de Maria da Fé
que, através de sua história, emociona e ensina.
Dedico àqueles que acreditam que as mudanças nada mais são
que novas experiências e que os resultados advindos
dependem, exclusivamente, de nossa luta diária.

AGRADECIMENTO

Agradeço e reconheço, primeiramente, o papel fundamental do meu orientador, o professor José Ambrósio, que, com experiência e competência, me instruiu a fim de que eu pudesse atingir meus objetivos. Agradeço ainda sua paciência e compreensão.

Agradeço a todos os professores do Departamento com os quais pude aprender e crescer, em especial aos professores Norberto e Pinho, meus conselheiros.

Agradeço ao povo de Maria da Fé pela acolhida e pelas informações transmitidas, que foram essenciais à conclusão deste trabalho, em especial ao Secretário de Turismo, Walter Alvarenga.

Agradeço aos meus pais e irmãos por nunca terem deixado faltar o amor e o incentivo em minha vida e por hoje compartilharem comigo este momento tão especial.

Agradeço ao Marlden, meu marido, por ser o amigo e o companheiro de todas as horas. Agradeço sua presença sempre generosa que me faz mais forte.

À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Economia Rural, pela oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional.

Agradeço a todos que acreditaram em mim e que mesmo nos momentos de dificuldades e dúvidas, estiveram comigo. A todos vocês, o meu muito obrigada!

ÍNDICE

	Página
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE FOTOGRAFIAS	ix
RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
1. INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A RELAÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE	5
1.1. Uma reflexão acerca da agricultura familiar	5
1.2. Pluriatividade: uma opção estratégica para a agricultura familiar ..	13
1.3. Turismo rural: sob o prisma da pluriatividade	16
CAPÍTULO 2 – FORMATAÇÃO TEÓRICA DO TURISMO RURAL ..	20
2.1. Da prática comum à atividade organizada	20

	Página
2.2. Definição e objetivos do turismo rural	23
2.3. O perfil do agricultor familiar e do turista rural	28
2.4. Características e princípios do turismo rural	31
2.5. Condições básicas e alternativas para se implantar o turismo rural	34
CAPÍTULO 3 – AGRICULTURA FAMILIAR PLURIATIVA ATRAVÉS DO TURISMO RURAL	39
3.1. Maria da Fé: agricultura e turismo rural	39
3.2. Projeto piloto turismo rural	45
3.3. As possibilidades e os limites do turismo rural em Maria da Fé	65
2. CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

LISTA DE TABELAS

		Página
1	Pessoas residentes em domicílios rurais e ocupadas em ramos de atividades não-agrícolas: Brasil, 1995	17
2	Produto Interno Bruto em valores correntes (R\$)	42
3	Principais produtos agrícolas	43
4	Principais dificuldades encontradas no envolvimento com o turismo rural	69
5	Distribuição de serviços e atrativos por propriedade	71

LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Fonte de renda: agricultura, turismo rural e pecuária	19
2	Localização do turismo rural em relação ao conceito turismo em espaço rural	27
3	Localização geográfica de Maria da Fé em relação à capital do Estado de Minas Gerais	40
4	Logomarca da cidade	48

LISTA DE FOTOGRAFIAS

		Página
1	Armazéns particulares que serviam ao ensacamento e à guarda da batata de Maria da Fé	41
2	Prédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – antiga estação ferroviária	47
3	Sítio Arco-Íris: vista parcial do pesqueiro que serve aos hóspedes para pesca e passeios	53
4	Sítio Araucária: demonstração da prática de equoterapia	55
5	Fazenda Pomária: atual casa sede que serve de pousada	58
6	Fazenda Pomária: destaque para as atividades descritas na porteira – turismo, práticas eqüestres, pecuária, agricultura, mel, manejo sustentável	58
7	Fazenda Velha: área que serve ao restaurante e aos eventos promovidos	60
8	Sítio Sangri-lá: vista parcial da casa sede e área externa	63
9	Sítio Alvorada: casa sede onde pretende-se trabalhar com a hospedagem dos turistas	64

		Página
10	Oficina Gente de Fibra: estoque de peças	74
11	Oficina Gente de Fibra: secagem das peças no jardim onde está localizada a oficina	76
12	Com Arte: exposição de peças à venda na loja da cooperativa	77
13	Amotur (Associação de Monitores de Turismo)	79

RESUMO

MARTINS, Anne Bastos, M.S., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2005.
Pluriatividade e agricultura familiar: as possibilidades e limitações do turismo rural. Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto. Conselheiros: José Benedito Pinho e José Norberto Muniz.

O fio condutor deste trabalho é o tema da pluriatividade como opção empregada pelos agricultores familiares objetivando a manutenção do grupo familiar e de seu patrimônio, além da melhoria de suas condições de vida através do envolvimento com atividades não agrícolas. O enfoque dar-se-á com base nos acontecimentos nacionais e internacionais ocorridos a partir da década de 80 que serviram para legitimar o tema agricultura familiar e pluriatividade, apresentado entre as diversas e novas atividades incorporadas pelo espaço rural o turismo rural cujo resultado financeiro deve servir de complemento à renda das atividades agrícolas. A pesquisa empírica necessária a esta questão foi realizada com produtores rurais de Maria da Fé - município mineiro que sofreu sérios abalos financeiros na década de 90, época em que sua principal fonte de renda, a bataticultura, entrou em decadência sem chances imediatas de reversão. Em função disto, parcela dos produtores tornou-se pluriativa e pequena parte optou pelo turismo rural como a atividade que os serviria na retomada de sua economia.

Verdadeiramente o que se percebe no município não é a concretização deste ideal, pois outras atividades que não esta, tem se revelado mais eficientes na geração de emprego e na melhoria da renda dos agricultores familiares, como o artesanato.

ABSTRACT

MARTINS, Anne Bastos, M.S., Universidade Federal de Viçosa, June 2005.
Pluriactivity and family centred-agriculture: possibilities and limitation of rural tourism. Adviser: José Ambrósio Ferreira Neto. Committee Members: José Benedito Pinho and José Norberto Muniz.

The backbone of this dissertation is pluriactivity as a strategical option employed by family-centred agriculturalists in order to secure the survival of their family groups, the upkeep of their property and the improvement of their living standards by means of their involvement with non-agricultural activities. The focus will be set on the basis of national and international events from the 80's onwards, which came to legitimise the theme – Family-centred Agriculture and Pluriactivity – whereby rural tourism, whose financial gains should function as a complement to the income of agricultural activities, was introduced among the new activities incorporated by the rural space. The empirical research required by this topic was conducted amidst agriculturalists from Maria da Fé, a Minas Gerais city which suffered serious financial blows during the 90's, when its staple income source, potato growing, went into decline with no immediate chances or reversal. In view of this, a number of landowners turned pluriactive and a small group opted for rural tourism as an activity that would start them on

an economic recovery. In reality, what one notices in the location is not a full realization of such an ideal, because other activities than this, such as craftwork and organic crops, have been proving more effective for job creation and income augmentation for family-centred agriculturalists.

1. INTRODUÇÃO

As últimas duas décadas no Brasil foram marcadas pelo debate acerca da adoção da pluriatividade e do envolvimento em atividades não-agrícolas pelos agricultores familiares enquanto estratégia de sobrevivência e de adaptação deste grupo caracterizado pela gestão familiar da terra e dos produtos dela advindos. Este processo não significa a desvalorização da agricultura em relação às atividades não-agrícolas. Apenas afirma que o rural não mais se limita ao agrícola, pois a ele passaram a ser incorporadas outras atividades geradoras de renda e de postos de ocupação.

Nova conotação passou a ser dada a este espaço, que vem se fortalecendo como objeto de consumo e não simplesmente, como fornecedor de alimentos e de matéria-prima. Neste contexto, vislumbram-se várias oportunidades de diversificação de renda e, por conseqüência, de melhoria da qualidade de vida.

Sendo o turismo rural uma das atividades passíveis de serem desenvolvidas no espaço rural, optou-se, neste trabalho, por apresentá-lo e analisá-lo sob o ponto de vista da pluriatividade. No entanto, não se pretende afirmar que a atividade turística, dissociada de outros projetos de desenvolvimento, solucionará as questões sociais e econômicas do campo. O objetivo, aqui, é demonstrar, tão somente que o turismo rural representa uma

alternativa para as famílias rurais pluriativas, tanto quanto as outras atividades não-agrícolas.

O objetivo geral traçado para este trabalho é analisar se o turismo rural, entendido como uma atividade pluriativa, interfere nas condições de vida dos agricultores familiares. A pesquisa empírica necessária à questão foi realizada na cidade de Maria da Fé, MG. A opção por esta localidade deveu-se a três fatos consideráveis: ter sido a cidade escolhida pelo SEBRAE-MG para a implantação do Projeto Piloto de Turismo Rural na década de 90; a existência de agricultores familiares que se tornaram pluriativos após terem vivenciado uma grave crise econômica em função da queda do preço da batata, até então a principal cultura e fonte de renda da cidade; e projeção nacional da experiência de Maria da Fé que chegou a ser o município indicado para representar o Brasil no Fórum Mundial de Turismo ocorrido em novembro de 2004.

O primeiro contato com Maria da Fé e sua gente deu-se em meados de 2001 através de uma missão empreendida por proprietários rurais da cidade de Santos Dumont, MG, e viabilizada pelo SEBRAE – época em que eram prestados serviços de consultoria aos proprietários sandumonenses com a finalidade de planejar o Turismo Rural em Santos Dumont. O objetivo da visita era a troca de experiências entre os proprietários marienses e os proprietários sandumonenses que, naquela época, buscavam interagir com a cidade de Maria da Fé a fim de fortalecerem o intento de adaptarem suas propriedades para o recebimento do turista.

Assim, foi viabilizada a oportunidade de conhecer a história de falência econômica da cidade e perceber o papel denotado ao Turismo Rural pelos antigos batateiros: o resgate da economia e do orgulho do cidadão mariense. Maria da Fé registrava, neste momento, o pico do fluxo turístico, havia crescido 400% desde 1999, atingindo a média de mil turistas por mês, de acordo com o Programa Minha Cidade, Meu Lar (PINTO et al., 2003, p. 13).

Passados três anos, em função da pesquisa ora empreendida, o retorno à cidade foi imprescindível. Porém, desta vez, havia uma Maria da Fé modificada: 194 novas microempresas dentre as quais alguns hotéis e pousadas urbanas,

restaurantes, bares e lanchonetes, agências receptoras de turismo; praças e jardins preservados; flores e árvores cortando toda a cidade; antigos prédios aguardando o tombamento pelo Patrimônio Histórico; igrejas restauradas; cooperativas e associações fortalecidas beneficiando 104 pessoas; Secretaria de Cultura e Turismo atuante; várias famílias sobrevivendo da renda do turista e do artesanato; poucas famílias na bataticultura e o mesmo povo hospitaleiro e confiante.

Ao chegar à cidade e apresentar ao secretário municipal a entrevista semi-estruturada a ser aplicada, logo surgiu a advertência:

isto demorará muito mais do que você está calculando. Os proprietários não têm respostas prontas às suas perguntas, o que eles têm para lhe falar vai além disto, eles falarão da própria vida e de como vêm tentando resgatar, através do Turismo Rural, parte daquilo que perderam.

O secretário tinha razão, ao iniciar as visitas às propriedades e formular as primeiras perguntas, foi percebido que se estava diante de histórias que contavam, parcialmente, a vida econômica e social daquelas famílias. Desta forma, a entrevista não seguiu estritamente o roteiro planejado, pois álbuns de fotografia do passado e do presente, leitura de pequenos trechos de antigas cartas, declarações pessoais e passeio pela propriedade, se mesclaram às respostas dadas ao roteiro inicial. Tudo isto, porém, contribuiu para a obtenção do objetivo proposto: reconhecer se e de que forma o Turismo Rural, via pluriatividade, representa uma alternativa eficaz para as famílias agrícolas.

A coleta de dados foi realizada junto aos proprietários rurais de Maria da Fé das propriedades Fazenda Pomária, Sítio Shangri-lá, Sítio Arco-Íris, Sítio Alvorada, Sítio Araucária e Fazenda Velha, através da aplicação de entrevista semi-estruturada, da coleta de depoimentos pessoais e da observação e análise do espaço. Estes métodos foram os escolhidos, em função da natureza qualitativa da pesquisa.

Ainda foram pontos de análise e estudo a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a Amotur (Associação de Monitores de Turismo de Maria da Fé) e a ComArte (Cooperativa de Artesãos de Maria da Fé), nas quais seus representantes relataram suas histórias associadas ao Projeto Turismo Rural.

Além da pesquisa empírica, a pesquisa bibliográfica foi amplamente empregada, a qual favoreceu o alcance do objetivo proposto.

Assim, o trabalho divide-se em três capítulos, cada um com objetivos bem determinados. No primeiro capítulo, foram conduzidas investigações teóricas sobre a situação da agricultura familiar a partir da década de 90. Aliadas a estas informações, encontram-se algumas considerações a respeito dos conceitos de agricultura familiar e de pluriatividade. A intenção foi identificar as principais características econômicas e sociais que moldaram o conceito de agricultura familiar, bem como perceber a relação deste com a pluriatividade, destacando, finalmente, o turismo rural como uma das alternativas pluriativas.

O Capítulo 2 aborda o tema turismo rural com o objetivo de contextualizar, conceituar e caracterizar este segmento turístico. Destaca as diretrizes estipuladas pelo governo federal para sua implantação em território nacional, traça um perfil aproximado do agricultor familiar passível de envolvimento com a atividade, além de apresentar as condições básicas de envolvimento e algumas alternativas de implantação do Turismo Rural na propriedade.

O último capítulo objetiva articular os conceitos e argumentos apresentados nos capítulos anteriores com o resultado da pesquisa empírica realizada em Maria da Fé, identificar quais propriedades se encaixam no conceito de agricultura familiar e de pluriatividade, bem como analisar se as interferências geradas nestes grupos pelo turismo rural foram benéficas e se esta atividade representa uma opção promissora.

CAPÍTULO 1

A RELAÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIAATIVIDADE

1.1. Uma reflexão acerca da agricultura familiar

A discussão aqui empreendida acerca da agricultura familiar se pautará nos acontecimentos nacionais e internacionais referentes ao final da década de 80 e início da década de 90 e que contribuíram tanto para o avanço do debate quanto para o fortalecimento do tema.

O cenário nacional viu emergir, no período referido, uma nova discussão a respeito do rural, levando este, antes entendido como “mundo rural” simplesmente, com seu formato geográfico e agrário, a ser tomado como “espaço rural”, agregando outros aspectos como os das questões sociais, culturais e ambientais, até aquele momento sufocadas por uma visão reducionista do campo, o que fazia com que somente os temas ligados às atividades primárias fossem considerados.

Conjuntamente, veio à tona a discussão das unidades familiares pluriativas, em função da percepção do importante papel assumido pelas atividades não-agrícolas no contexto desenhado para o rural.

Estes temas já representavam assuntos relevantes para países desenvolvidos. No entanto, somente criaram identidade no Brasil no período mencionado acima. SCHNEIDER (2003, p. 33) explica o fato ao afirmar que, até o final da década de 60, prevalecia a noção de campesinato, sob a qual encontravam-se agrupados os pequenos proprietários, os arrendatários, os parceiros e outras categorias concentradas em minifúndios, provavelmente em oposição aos grandes proprietários identificados, via de regra, apenas como latifundiários.

Na década de 70, porém, novas proposições políticas do Estado, objetivando minar movimentos políticos ligados ao campesinato, fizeram com que os proprietários de pequenas porções de terra, deixassem de ser identificados como minifundiários e assumissem uma denominação menos politizada, pequenos produtores ou produtores de baixa renda.

Na década seguinte, por causa do rápido processo de transformação da agricultura brasileira, estes passaram a ser categorizados em dois grupos: os “integrados”, que haviam conquistado e mantido relações com as agroindústrias, e os “excluídos”, que, ao contrário, estavam à margem do processo de modernização. SCHNEIDER (2003, p. 34) diz que “nesse sentido, os complexos agroindustriais representariam o processo de integração e subordinação da agricultura à indústria”. Ele se refere ao processo de diferenciação social gerado pela expansão do capitalismo e coloca a agroindústria como o elemento definidor.

Na década de 90, surgiu, ainda, uma nova proposição de termos para distinguir entre os produtores e os estabelecimentos rurais. Trata-se dos conceitos de “agricultura patronal” e “agricultura familiar”. De acordo com SCHNEIDER (2003, p. 35) o primeiro significa uma

completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada, a ênfase na especialização produtiva, e em práticas agrícolas padronizáveis, o uso predominante do trabalho assalariado e a adoção de tecnologia.

Já o segundo era caracterizado por

relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos próprios proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e

na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de previsibilidade do processo produtivo (SCHNEIDER, 2003, p. 36).

Isto justificaria o fato de a expressão “agricultura familiar” começar a se fortalecer somente a partir de então, pois esta distinção contribuiu para a questão, dentro do cenário nacional, em dois sentidos: serviu de base para a principal política pública brasileira e revelou-se fonte de inspiração para trabalhos e estudos de autores como VEIGA (1991).

O despertar recente da academia brasileira para o tema está ainda associado a trabalhos desenvolvidos por ABRAMOVAY (1992), SILVA (1997), CARNEIRO (1997) e outros, os quais contribuíram decisivamente para fragilizar formatações dicotômicas como moderno/tradicional, camponês/capital. Uma das maiores contribuições, foi trazer à tona a forma de produção familiar e revelar o quanto esta foi, e ainda é, importante para o crescimento dos países desenvolvidos, principalmente a partir do pós segunda guerra. Além disto, foi claramente reforçada a diferença entre campesinato e agricultura familiar, permitindo que a segunda deixasse de ser uma evolução do primeiro.

A agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes: na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais [...] Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa (SCHNEIDER, 2003, p. 38).

SACCO (2003, p. 41) complementa este ponto ao afirmar que, em certa medida, a agricultura familiar pode até representar a evolução das formas camponesas, mas distingue-se, principalmente, em um aspecto: a primeira é passível de inserção no mercado capitalista. Já LAMARCHE (1993, p. 16) diz que nem todas as explorações familiares podem ser tomadas como camponesas, visto que a variedade das formas de exploração familiar impede que todas estejam sob um único modelo. Desta forma, a exploração familiar, é definida por ele como

uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993, p. 15).

ABRAMOVAY (1997, p. 73) diz que

é necessário advertir também que sob o conceito de ‘agricultura familiar’ ocultam-se, muitas vezes, grandes ambigüidades. A espúria associação com ‘pequena produção’, ‘agricultura de subsistência’, ou mesmo com ‘pobreza’ é totalmente equivocada.

Neste sentido, há que se destacar as afirmações encontradas em CARNEIRO (1999, p. 327). Segundo a autora, existe uma grande variedade e extensão de definições do termo agricultura familiar. Portanto, a discussão a respeito deve partir daquilo que é consenso entre os pesquisadores, ou seja, a “unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”.

Considerando a dificuldade de criar tipos e categorias de agricultores familiares em função de sua heterogeneidade, CARNEIRO (1999, p. 334) opta por estabelecer 10 premissas para, posteriormente, propor uma categorização dos mesmos em função das características comuns identificadas. São as seguintes as premissas postuladas pela autora:

- a) as diferentes condições de produção, como, tamanho da propriedade, grau de emprego de técnicas agrícolas, acesso a créditos e outros, impedem que os agricultores familiares sejam todos encaixados em uma classe social;
- b) a agricultura familiar não pode ser sinônimo direto e dependente de trabalho familiar, pois o que irá distingui-la de outras formas de produção são as estratégias utilizadas na organização e na reprodução social do grupo;
- c) o grupo de trabalho da propriedade não precisa ser idêntico ao grupo familiar;
- d) a agricultura não pode ser mais vista como a única atividade econômica desempenhada pelos membros da família, visto que muitos grupos familiares assumiram, por motivos diversificados, atividades não-agrícolas;

- e) as atividades não-agrícolas podem apontar para a individualização da força de trabalho familiar, bem como contribuir para o resgate dos laços de solidariedade intrafamiliares;
- f) a contratação de mão-de-obra externa não descaracteriza a agricultura familiar, uma vez que, somente, a preponderância dos interesses e das ações individuais sobre as coletivas ocasiona a total separação entre família e unidade de produção;
- g) o caráter de agricultura familiar pode ser mantido mesmo quando apenas um membro da família desempenha o papel de administrador e o de trabalhador ao mesmo tempo. O que irá distinguir a agricultura familiar da agricultura patronal é a predominância, em termos proporcionais, na primeira, do assalariado permanente;
- h) as atividades não-agrícolas desempenhadas por membros da família revelam a plasticidade da agricultura familiar e não sua decomposição;
- i) a unidade de produção familiar não pode ser interpretada somente sob o prisma econômico, mas também pelas relações sociais, como a busca pela cidadania e por melhores condições de vida;
- j) a família deve ser vista como uma unidade social em função de sua reprodução social e não somente como unidade de produção.

Através destas premissas, a autora destaca a possibilidade de envolvimento dos agricultores familiares com atividades não-agrícolas, como um processo natural e motivado pelas mais diversas razões. Além disto, ressalta que o trabalho assalariado pode ser empregado pelas unidades familiares sem que isto cause perda ou ruptura do conceito de agricultura familiar, pois é a prevalência dos interesses coletivos em detrimento dos individuais que importa ao conceito. Desta forma, Carneiro torna-se uma autora relevante para a presente pesquisa, pois seu trabalho reforça a discussão central empreendida neste capítulo, a saber, a pluriatividade como uma forma de reprodução social e econômica da agricultura familiar.

Com base nestas premissas, CARNEIRO (1999, p. 338) sugere a seguinte categorização da agricultura familiar:

- Família agrícola de caráter empresarial;
- Família camponesa;
- Família agrícola urbana.

Entretanto, estas categorias não serão tomadas como fio condutor desta pesquisa, pois ao serem comparadas com os modelos apresentados por LAMARCHE (1998), tornam-se ambivalentes e limitadas.

LAMARCHE (1998, p. 150-153) determina os seguintes modelos de análise da agricultura familiar:

- a) Famílias extensas, parcialmente pluriativas, com trabalho assalariado: pais e filhos dedicam-se parcialmente a atividades fora da propriedade, mas entre eles um dedica-se integralmente ao estabelecimento; a participação da mulher é ínfima;
- b) Pai, filho e assalariados: o responsável pela unidade de produção dedica-se a ela em tempo integral, ajudado pelos filhos e esposa. Conseqüentemente a pluriatividade torna-se nula. A principal característica deste modelo, entretanto, é a presença de mão-de-obra assalariada, que varia entre permanente e temporária;
- c) Família extensa: caracteriza-se pela existência de associações familiares, agrupando até três responsáveis por unidades de produção. Entre estes a pluriatividade é nula, podendo ser encontrada, esporadicamente, nas atividades desempenhadas pelas esposas. Há contratação de mão-de-obra temporária;
- d) Monoatividade familiar: caracteriza-se também pela existência de associações familiares ou de unidades de produção onde o filho emprega integralmente seu tempo, e, na maioria dos casos, desempenham determinadas funções. A pluriatividade é nula. Há o emprego de mão-de-obra temporária;
- e) Pluriativos: os responsáveis são fortemente pluriativos, e suas esposas contribuem, mais do que a média, para os trabalhos dos estabelecimentos, enquanto os filhos trabalham pouco. Prevalece a contratação de mão-de-obra temporária, apesar de em pouca quantidade;
- f) Pluriatividade dos filhos: a pluriatividade é raramente empregada pelos responsáveis. Em contrapartida, 90% dos filhos têm um emprego fora do

estabelecimento. Há somente contratação de mão-de-obra temporária, embora em raras ocasiões e em pequeno número;

- g) Pluriatividade dos pais: é o modelo que agrupa a maior parte de responsáveis que atuam em tempo integral fora do estabelecimento, além do maior número de esposas pluriativas. Os filhos não trabalham fora e sua contribuição interna é mínima;
- h) Monoatividade nuclear: os responsáveis e suas esposas trabalham sozinhos, por ser o grupo familiar muito reduzido. Não há contratação de mão-de-obra.

Os modelos criados por LAMARCHE (1998) relacionam a agricultura familiar com a pluriatividade, mostrando em quais dentre eles ela se apresenta e em qual intensidade, além de retratar o envolvimento dos filhos e esposas dos responsáveis pela propriedade. Ademais, explicita a forma como se dá a divisão do trabalho no estabelecimento entre agricultores familiares e mão-de-obra assalariada, o que, verdadeiramente, reforça as premissas apresentadas por Carneiro.

Retomando a questão do fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, é importante dizer que esta coincide também com os movimentos sindicais rurais ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores) no momento em que seus integrantes empreendem discussões a fim de rever o papel desigual destinado aos pequenos proprietários no processo de integração com os países do Mercosul.

Este fato, segundo SCHNEIDER (2003, p. 30), levou as organizações de pequenos proprietários a buscar um aprofundamento das experiências de formação de blocos, como a União Européia, revelando um grande número de valiosas informações a respeito de políticas de incentivo específicas para os agricultores familiares. A consequência imediata foi a formação de uma nova categoria política, a agricultura familiar, formada pelos até então chamados pequenos proprietários, que, a partir de então, criaram uma nova identidade política.

Posteriormente, surge outro impulso à agricultura familiar, revelado através da criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no ano de 1996. Este programa, coordenado pelo

Ministério de Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar, é definido da seguinte forma:

Um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações (BRASIL, 2004).

Os objetivos traçados para o Pronaf (BRASIL, 2004) revelam-se através da recente preocupação do governo federal em possibilitar o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar, através da geração de emprego e renda e conseqüente melhoria nas condições de vida destas famílias.

Neste sentido, CARNEIRO (1997, p. 70) afirma que a agricultura familiar sempre foi relegada a segundo plano, ou mesmo esquecida, pelo governo federal brasileiro, e que a criação de um programa como o Pronaf poderia representar grande avanço mediante um contexto onde modernização tecnológica e aumento de produção agrícola sempre foram as metas fundamentais.

Através do Pronaf (BRASIL, 2004), o governo dedica à agricultura familiar maior importância e atribui a ela um papel decisivo no desenvolvimento do país ao reconhecer sua capacidade de redução do êxodo rural.

Não obstante, autores como CARNEIRO (1997) e ABRAMOVAY (1992) não omitem sua preocupação com o fato de a criação do Pronaf ter sido orientada por experiências européias, mais especificamente francesas, baseada em uma realidade social e econômica que diverge radicalmente da brasileira.

Diante destas questões, CARNEIRO (1997, p. 76) argumenta que

essa experiência, aplicada à atual conjuntura, conduz obrigatoriamente à contradição entre a adoção de um modelo de intervenção na agricultura familiar atrelado à lógica do mercado e centrado no aumento da capacidade produtiva e à meta de melhoria das condições de vida dos agricultores.

Desta forma, a crítica lançada recai sobre a falta de adequação à situação real da agricultura familiar brasileira, pois, sem isto, a tendência é de inversão ou perda do foco do programa.

CARNEIRO (1997) alerta ainda que se faz necessária a garantia de preços para os agricultores familiares, pois, do contrário a agricultura familiar

continuará à margem do desenvolvimento, inviabilizando a obtenção dos objetivos previstos para o Pronaf.

Com base nas informações acima, percebe-se que os anos 80 e 90 foram decisivos ao novo debate acerca da agricultura familiar brasileira. Uma de suas consequências foi a divisão de papéis entre pequenos e grandes proprietários. Enquanto aos primeiros caberiam práticas que privilegiassem “a preservação ambiental, a manutenção da população no meio rural e ao desenvolvimento de atividades econômicas não-agrícolas” (SCHNEIDER, 2003, p. 112); aos segundos tocava a produção tecnologicamente modernizada e ampliada.

1.2. Pluriatividade: uma opção estratégica para a agricultura familiar

Novamente tomando as décadas de 80 e 90 como referência para o debate da pluriatividade, torna-se fundamental introduzir o termo “agricultura a tempo parcial”, pois até meados da década de 80, ambos foram tomados como sinônimos.

Segundo SCHNEIDER (2003), inicialmente o termo agricultura a tempo parcial ou *part-time-farming* serviu para diferenciar os grupos de produtores cuja produção limitava-se, quase que exclusivamente, à subsistência do grupo familiar daqueles que produziam objetivando, fundamentalmente, a venda.

Posteriormente, o conceito *part-time-farming* é substituído por *multiple job holding farm household*, ou simplesmente MJHFH, que fixava a análise na quantidade de tempo que o grupo familiar se dedicava à agricultura e não ao destino de sua produção: subsistência ou venda.

O avançar do entendimento acerca destas questões faz emergir a expressão *pluriactivité* ou *pluriactivity*, que, traduzida para o português, resultou na adoção do termo pluriatividade. Para SCHNEIDER (2003, p. 77), a explicação destas substituições de termos deve-se à “disseminação do fenômeno da diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas.”.

O autor está se referindo às atividades não-agrícolas, que podem ser entendidas como sendo aquelas que representam alternativas econômicas complementares à formação da renda da família, mas sem vínculo com a agricultura. MARSDEN (1995, p. 291) destaca algumas destas atividades: festas, folclores, gastronomias, aluguel de propriedades, turismo, atividades ligadas à preservação ambiental e outras.

Os autores Fuller e Brun, citados por SCHNEIDER (2003, p. 77), definem o termo da seguinte maneira:

pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura.

A pluriatividade é, desta forma, tomada como uma opção para os agricultores familiares que, de acordo com os modelos de agricultura familiar propostos por Lamarche, discutidos anteriormente, pode ser incorporada, ou não, pelas unidades familiares como forma de gestão e estratégia de reprodução.

O avanço da apresentação do tema, porém, requer a compreensão do papel desempenhado pela União Europeia a partir da década de 80 em função das reformas empreendidas na Política Agrária Comunitária (PAC) que projetaram a pluriatividade no cenário internacional.

Segundo SACCO (2003, p. 67), até meados da década referida, a PAC criou, através da Primeira Reforma, uma série de medidas, como multas a serem aplicadas àqueles que extrapolassem os limites permitidos de produção, buscando minimizar distorções criadas pelo alto nível de produtividade atingido pelos países membros. Em função desta necessidade, em 1985 foi elaborado o Livro Verde, cujo objetivo era aliar agricultura com preservação do meio ambiente, além de favorecer os agricultores com concessões voltadas à melhoria de suas rendas, desde que, com isto, não aumentassem sua produção.

Estas concessões serviram como forte instrumento para fortalecer as atividades não-agrícolas desempenhadas nas propriedades produtivas, entre as quais merecem destaque o turismo, o artesanato, a transformação e a elaboração

de alimentos, o que levou o agricultor a assumir responsabilidades no cuidado e na preservação do meio ambiente pelo qual transitava.

No entanto, apesar dos formuladores da reforma terem tratado o tema com seriedade, não lograram êxito na obtenção do objetivo traçado e viram-se na iminência de empreender uma nova reforma na política vigente.

Portanto, o período compreendido entre os anos 1985 e 1991 corresponde à Segunda Reforma da PAC, que, de acordo com SACCO (2003, p. 68), preconizava as seguintes medidas: a) limitação de ajuda financeira dada à agricultura em virtude do excedente de produção; b) acirramentos das disputas entre EUA e União Européia ocasionado pela assinatura do Tratado de Adesão de Portugal e Espanha à União Européia, antigos países importadores de cereais dos EUA; c) aumento no preço dos alimentos para o consumidor final desproporcional ao preço de venda pelo agricultor, em favorecimento aos complexos agroindustriais e as cadeias agroalimentares; d) vinculação entre agricultura, desenvolvimento do meio rural e preservação ambiental.

Entretanto, esta reforma também não se revelou definitiva, pois, no começo da década de 90, novos debates ganharam projeção, como aqueles relacionados à conservação ambiental e ao uso e ocupação mais racional do solo. A partir daí, surge a Terceira Reforma, a última e também a mais relevante ao presente trabalho, uma vez que

chama a atenção a respeito do fato de que o espaço rural não pode mais estar simplesmente reduzido ao cumprimento de funções produtivas, devendo jogar um papel decisivo no tema do equilíbrio ecológico e do suporte às atividades de ócio e de recreação (SACCO, 2003, p. 72).

Nota-se, claramente, nestes documentos a negação da visão reducionista do espaço rural e o incentivo à pluriatividade, o que, aliás, marca toda a Terceira Reforma da Política Agrária Comunitária da União Européia, enquanto estratégia de reprodução e uso diversificado dos recursos locais, diminuindo a dependência de uma só fonte de renda, quais sejam, as atividades primárias.

1.3. Turismo rural: sob o prisma da pluriatividade

No ano de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Pronaf lançam conjuntamente com a Secretaria de Agricultura Familiar e com a REDE-TRAF (Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar)¹ – o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável, através da atividade turística implementada pelos agricultores familiares, na intenção de gerar novos postos de trabalho e melhorar as condições de vida dos mesmos.

De acordo com o programa (BRASIL, 2004), as transformações ocorridas no campo brasileiro, principalmente aquelas referentes às relações e formas de trabalho, possibilitaram à agricultura familiar o envolvimento com atividades diferentes daquelas até então praticadas. Desde o início da década de 90, surgiram as primeiras experiências de assistência técnica e extensão rural que incluíram o turismo como atividade capaz de movimentar a força de trabalho dos agricultores familiares. O documento relata que

a partir daí, unidades agrícolas familiares têm se apropriado da proposta do turismo, ofertando atividades ligadas a lazer, esporte, cultura, gastronomia, hospedagem, técnicas produtivas, gerando uma complementação significativa da renda familiar (BRASIL, 2004).

Segundo dados do programa (BRASIL, 2004), o número de pessoas residentes no espaço rural envolvidos com atividades não-agrícolas vem crescendo consideravelmente. Dados do Projeto Rurbano (SILVA, 1997) afirmam que ao espaço rural passaram a ser incorporadas outras atividades denominadas não-agrícolas, como a indústria da transformação, a indústria da construção, o comércio de mercadorias, a prestação de serviços, o transporte e a comunicação, os serviços sociais, os serviços domésticos, o ensino público, os restaurantes, a alfaiataria.

¹ Isto representa uma articulação nacional entre instituições governamentais e outras não governamentais, técnicos e agricultores familiares organizados, que atuam nas atividades de turismo rural com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável.

A Tabela 1 apresenta os ramos de atividades não-agrícolas que mais empregaram no ano de 1995.

Tabela 1 – Pessoas residentes em domicílios rurais e ocupadas em ramos de atividades não-agrícolas: Brasil, 1995

Ramos de atividade	Mil pessoas	%	TxCr.92/95 (% a.a.)
Indústria da transformação	790	20,1	0,6
Indústria da construção	419	10,7	8,0
Outras atividades industriais	121	3,1	1,5
Comércio de mercadorias	528	13,4	4,6
Prestação de serviços	1.100	28,2	4,2
Serviços auxiliares à atividade econômica	64	1,6	5,1
Transporte e comunicação	146	3,7	0,3
Serviços sociais	514	13,1	2,4
Administração pública	200	5,1	7,1
Outras atividades	37	0,9	-0,2
Total	3.930	100,0	3,5

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano, tabulações especiais.

Dentre os ramos de atividades apresentados na Tabela 1, destaca-se, no presente trabalho, a prestação de serviços, por ser o turismo rural uma atividade econômica caracterizada pela prestação de serviço (hospedagem, alimentação, lazer, venda de produtos artesanais e gastronômicos) ao homem urbano. Este ramo registrou o maior número absoluto de pessoas envolvidas, além do maior percentual, além do que a taxa de crescimento de 1992 para 1995 ter ficado entre os cinco maiores. Estes números revelam uma tendência favorável à expansão dos serviços em meio rural.

Segundo pesquisadores da Unicamp envolvidos no Projeto Rurbano (SILVA, 1997), ainda existem outros ramos que, apesar de empregarem menos, têm revelado oportunidades reais de incremento da renda dos residentes no

campo, dentre os quais encontram-se a produção artesanal de peças de decoração ou utilitária, a criação de organizações esportivas e culturais, a produção caseira de alimentos e a hospedagem.

Neste sentido, SILVA (1997, p. 137) afirma que

o meio rural já não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e pecuária. O aparecimento de novas atividades estaria introduzindo um conjunto de novas funções no espaço rural, especialmente aquelas ligadas às ocupações não-agrícolas da população. O ator social privilegiado dessa nova caracterização do rural seria o aparecimento das famílias pluriativas [...].

Esta afirmação torna-se de grande utilidade para o debate aqui desenvolvido, pois reitera o emprego opcional da pluriatividade pela agricultura familiar como algo atual e modelador das funções exercidas na área rural.

Em consonância, Abramovay, citado por SACCO (2003, p. 85) diz que à agricultura familiar devem ser associadas novas formas de reprodução, como a opção pela pluriatividade, propiciando a integração da atividade agrícola com, por exemplo, o turismo, o lazer, o artesanato e as residências secundárias.

Desta forma são percebidas novas condições de crescimento e de desenvolvimento local, bem como transformações sociais e econômicas vivenciadas pelos agricultores familiares. Cavaco, citado por FROEHLICH (2000, p. 88), resume de forma completa e organizada esta questão.

O desenvolvimento local assenta na revitalização e diversificação da economia, capaz de atrair a população, de ocupar a população potencialmente ativa, com êxito econômico, profissional e social, de valorizar produções, de renovar as habitações e as aldeias, de assegurar melhores condições de vida [...]. Combinam-se frequentemente propostas de valorização de produtos agrícolas – como produções de qualidade intrínseca, natural ou pelas condições de fabrico e transformação: biológicos, caseiros, tradicionais, específicos, regionais e locais – com planos de desenvolvimento do artesanato e de atividades ligadas ao turismo e à cultura.

Ao se evidenciar a relação entre revitalização da economia e atividade turística, é interessante a apresentação de outro autor que reforce esta colocação. ANDRADE (1992) afirma que a atividade turística contribui positivamente para o desenvolvimento, uma vez que está ligada a vários outros setores da economia.

Retomando a definição de pluriatividade apresentada anteriormente, pode-se associar a esta definição o fato de que a renda econômica do turismo

rural deve ser atrelada à renda advinda da agricultura ou da pecuária, conforme Figura 1.

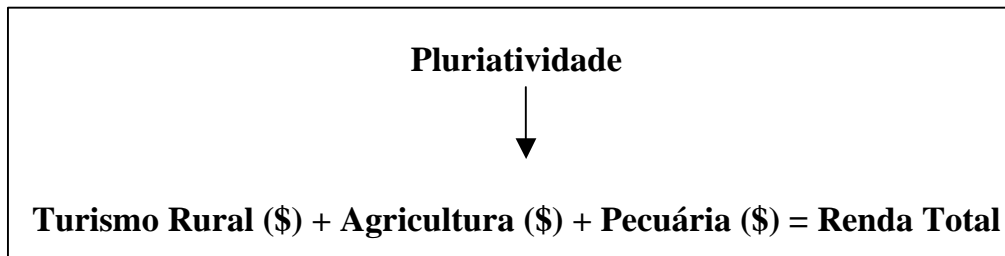


Figura 1 – Fonte de renda: agricultura, turismo rural e pecuária.

Deduz-se que a opção por esta prática turística implica em diversificação de atividades, e não em substituição ou eliminação das atividades primárias pelo turismo. Entre as alternativas de emprego da mão-de-obra rural, apresenta-se o turismo rural não como o solucionador único e imediato dos problemas do campo, mas como uma atividade econômica que, se planejada, é capaz de gerar benefícios à comunidade rural.

CAPÍTULO 2

FORMATAÇÃO TEÓRICA DO TURISMO RURAL

2.1. Da prática comum à atividade organizada

O uso de propriedades rurais para o pouso de terceiros é tão comum e antigo a ponto de dificultar o estabelecimento de uma data que marque o início desta prática. Como a origem do turismo rural mescla-se com esse costume, torna-se igualmente difícil a fixação de uma data para o surgimento desta atividade turística. Segundo TROPIA (1998, p. 9), o turismo rural na Europa surgiu na década de 50. Já PORTUGUEZ (1998, p. 82) afirma ser inviável o estabelecimento de um momento fundador e considera a década mencionada apenas como a época em que a atividade começou a se projetar no continente europeu, atingindo rapidamente os E.U.A.

O presente trabalho está em concordância com a idéia de PORTUGUEZ (1998), uma vez que o turismo rural é fruto da organização e planejamento paulatinos do costume de proprietários rurais em bem receber, acrescido de alguns princípios e características que serão analisados posteriormente.

Apesar da falta de consenso entre autores e pesquisadores referentemente à data do surgimento deste segmento turístico, todos são unânimes em afirmar

que as origens do turismo rural se encontram na Europa, de acordo com PORTUGUEZ (1998, p. 81).

O continente europeu registrou diversificadas experiências em alguns países. Abaixo, encontra-se um breve relato sobre tais experiências em algumas nações em que estas se destacam:

- a) Portugal transformou casas rústicas de moradores do meio rural em espaços para hospedagem, além de oferecer aos turistas a opção de se instalarem em casas integradas com uma exploração agropecuária, situação em que o visitante pode participar dos trabalhos da própria exploração em forma de animação complementar.
- b) Na Espanha havia estabelecimentos que facilitavam ao público tanto o serviço de alojamento quanto de alimentação, ambos integrados ao modo de vida do homem do campo.
- c) Na Bélgica encontram-se os *Gîtes Ruraux*, alojamentos independentes da moradia dos proprietários, caracterizados pela qualidade do edifício e pela acolhida amigável.
- d) Na França, têm-se os *Logis et Auberges*, que são pequenos hotéis com gestão familiar, organizados em associações de proprietários. Os turistas também podem se hospedar em quartos de antigos castelos localizados na área rural, resgatando o passado histórico e arquitetônico aí registrados.
- e) A Irlanda, por sua vez, estruturou o turismo rural seguindo dois estilos diferentes: *Village*, caracterizado pela gestão familiar e cozinha tradicional, e *Manor House*, planejado em antigos castelos e pavilhões de caça onde predominam o luxo, o requinte e o fino trato.
- f) Por fim, a Inglaterra transformou várias pequenas propriedades rurais em atrações turísticas com incentivo direto do governo.

Ainda há que se destacar, segundo PORTUGUEZ (1998, p. 81), as *Farm Houses* americanas, também chamadas de *Country Vacations*, que surgiram a partir da necessidade de hospedagem para viajantes que circulavam por áreas pouco povoadas sem estrutura hoteleira. A área de caça e pesca era farta e tinha um difícil acesso, impossibilitando que caçadores e pescadores pudessem sair e

retornar no mesmo dia. A solução encontrada por esses grupos foi o pouso em propriedades rurais. A partir daí, a procura pelos empreendimentos tornou-se constante, fazendo com que os proprietários compreendessem o potencial atrativo de seus ranchos e visualizassem a oportunidade de uma nova prática, incrementando as acomodações e passando a oferecer lazer, além da hospedagem e refeição. Estes espaços se tornaram aptos a receber também as famílias dos caçadores e pescadores que não desejavam ficar longe dos seus enquanto exerciam sua profissão.

A constatação do crescimento da atividade no exterior, aliadas às expectativas de lucro para o campo, fizeram com que o Brasil entrasse, oficialmente, no ramo na década de 80. PORTUGUEZ (1998, p. 83) afirma que o marco do ingresso brasileiro no turismo rural foi a iniciativa da Prefeitura de Lages, Santa Catarina, de criar uma comissão cujo objetivo era transformar a cidade em ponto turístico. A justificativa para tal medida revela-se pelo fato de a cidade possuir uma excelente posição geográfica, no entroncamento de duas importantes rodovias, a BR-116 e a BR-282. Como consequência, havia um fluxo constante de turistas que iam a Lages em busca de um ponto de parada que lhes oferecesse descanso e lanches rápidos, mas que, salvo raras exceções, não permaneciam na cidade a fim de visitá-la e, evidentemente, deixar ali uma soma de dinheiro que pudesse contribuir para o crescimento econômico da mesma.

Intentando modificar esta situação, a comissão iniciou seus trabalhos para a definição do produto turístico a ser explorado. O resultado foi a identificação de uma área rural rica em recursos naturais e com potencial suficiente para atrair turistas e fazê-los ali permanecer a fim de conhecer melhor a cidade. Em 1984, a Fazenda Pedra Branca abriu suas portas ao turismo rural, e outras seguiram seu exemplo.

A evolução da atividade forçou a criação da ABRATURR (Associação Brasileira de Turismo Rural), cujo objetivo é incentivar e direcionar o desenvolvimento do turismo rural.

Desde então, outros estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais envolveram-se na atividade, valendo-se do potencial turístico revelado pela área rural.

Para o meio acadêmico, a cidade mineira que apresenta maior identidade com o turismo rural é Maria da Fé, pequeno município localizado no sul do estado. Isto se deve ao fato de ter sido escolhida pelo Sebrae-MG para a implantação do Projeto Turismo Rural na década de 90, ganhando, desta forma, projeção nacional. Por ser também objeto de pesquisa do presente trabalho, terá sua história um pouco mais detalhada no Capítulo 3.

2.2. Definição e objetivos do turismo rural

A consolidação do turismo rural no Brasil enquanto alternativa econômica para o campo vem despertando profundo interesse na área acadêmica. Assim, o tema tornou-se, a partir do final da década de 90, objeto de pesquisa de profissionais de áreas como Turismo, Economia, Administração, Extensão Rural, Sociologia e Antropologia. Cada profissional buscou, de acordo com sua formação, compreender as especificidades do turismo rural e contribuir para a discussão a respeito de conceitos, tipologias, metodologias, impactos e estruturas adequados, bem como identificar suas interfaces com a pluriatividade.

Esta diversidade gerou múltiplos conceitos e fez com que o crescimento da atividade ocorresse de maneira individualizada, de acordo com os interesses do mercado. Urbanos e rurais envolveram-se profissionalmente na atividade sem um direcionamento que delimitasse o quê ou a quem esta era dirigida. Muitos empreendimentos foram erguidos sob a marca “Turismo Rural”, embora desprovidos de aproximação com os objetivos e os princípios traçados para a atividade, os quais, de acordo com HOSKEN (1997, p. 7), são:

- I) Objetivos: geração de emprego e renda para o homem do campo; diminuição do êxodo rural; resgate e valorização da cultura rural.

II) Princípios: Identidade própria; autenticidade; harmonia ambiental; preservação e divulgação das raízes e costumes; atendimento familiar.

Conseqüentemente, sua função social e econômica foi comprometida, uma vez que o sujeito que deveria se beneficiar deste segmento - o homem do campo - concorria diretamente com empresários urbanos em uma atividade onde estes eram convidados apenas a usufruí-la como turistas. HOSKEN (1997, p. 7) valida essa afirmação ao dizer que o “turismo rural surge como uma alternativa de renda, um negócio que proporciona aos *proprietários rurais*, manterem suas propriedades produtivas”. Em nenhum estudo o turismo rural é apresentado como alternativa ou campo de trabalho para o homem urbano, mas sim como uma forma de lazer e entretenimento.

Na prática, estas confusões conceituais ainda permanecem e justificam-se pelo fato de o assunto ter sido tratado por largos anos pelo governo federal de forma periférica, no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (BRASIL, 2003). Somente em 2003, com a criação do MTur, Ministério do Turismo, foi elaborado o primeiro documento oficial e exclusivo sobre turismo rural. Este, intitulado Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, representou grande avanço no direcionamento da atividade em todo o território nacional. Mediante a criação das Diretrizes, iniciou-se uma nova etapa no processo de reflexão e discussão acerca deste segmento turístico, uma vez que o Ministério do Turismo e a EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo, atentaram para a urgência de se estipularem regras e estratégias de direcionamento para a exploração e desenvolvimento do meio rural pelo turismo.

O MTur elaborou sete diretrizes e suas respectivas estratégias e, ao apresentá-las, ressaltou a regra que confere a todas o mesmo grau de importância e alertou que nunca deveriam ser trabalhadas isoladamente, pois, para a geração de um turismo rural organizado, faz-se necessária sua análise e compreensão num ambiente macro, favorecendo a inter-relação das ações no momento de sua implantação, monitoramento e avaliação. As diretrizes tratam das seguintes questões:

- a) A Diretriz 1 diz respeito ao Ordenamento, busca através de normas, regras e procedimentos, favorecer a criação de uma legislação pertinente que perpassa as questões ambientais, trabalhistas, culturais, fundiárias, agrícolas etc.
- b) A Diretriz 2, Informação e Comunicação, procura fomentar debates, pesquisas e estudos a fim de expandir o conhecimento a respeito do tema e criar uma rede única de informações que divulguem casos de sucesso, além de buscar despertar o interesse da comunidade.
- c) A Diretriz 3 refere-se à Articulação e suas estratégias buscam promover parcerias e trocas de experiências e de responsabilidades entre instituições governamentais e não-governamentais.
- d) A Diretriz 4 trata da questão do Incentivo e destaca a necessidade de simplificação e de definição de linhas de crédito que possibilitem aos proprietários obter os recursos necessários para a efetivação das adequações necessárias na propriedade.
- e) A Diretriz 5 fala sobre a Capacitação, elemento vital para o desenvolvimento da atividade.
- f) A Diretriz 6 refere-se ao envolvimento da comunidade com o planejamento e a implantação do turismo rural, além de apontar esta mesma comunidade como a principal beneficiária dos resultados da atividade.
- g) A Diretriz 7 fala sobre a Infra-estrutura básica, como água, saneamento, manutenção das estradas, bem como da infra-estrutura turística, que se traduz em hospedagem, alimentação, transporte, etc.

Através desta rápida explanação a respeito das Diretrizes, percebe-se que a preocupação do governo federal gira em torno de questões cruciais ao desenvolvimento da atividade turística: legislação, capacitação, infra-estrutura e divulgação do produto. De todos estes pontos, destaca-se a legislação, pois esta norteará e definirá todos os empreendimentos de turismo rural, não favorecendo a existência de lacunas que permitam a propriedades estritamente hoteleiras enquadrar-se neste conceito, desvirtuando, como consequência, o conceito e os objetivos da atividade.

Pela primeira vez, o turismo rural foi inserido dentro da Política Nacional de Turismo, e a justificativa para tal inserção é a percepção dos impactos positivos, tanto econômicos quanto sociais, que esta atividade gera para o desenvolvimento rural e para a afirmação do Brasil enquanto destino turístico rico em diversidade cultural e natural. Segundo os proponentes das Diretrizes, os principais impactos/contribuições do turismo rural revelam-se através da diversificação da oferta turística, aumento dos postos de trabalho e da renda no meio rural, valorização da pluralidade e das diferenças regionais e interiorização da atividade turística.

Apesar de todo o avanço conceitual obtido a partir das Diretrizes, este segmento turístico ainda é, erroneamente, associado a outros segmentos, como o ecoturismo, termo que muitas vezes se emprega como sinônimo de turismo rural. Portanto, faz-se necessário apresentar este último como um conceito único e localizá-lo dentro do conceito amplo de Turismo em Espaço Rural (TER), que, conforme demonstrado na Figura 2, agrega outros segmentos. Entretanto, a semelhança entre estes é somente o fato de ocorrerem na área rural. De acordo com RODRIGUES (2000, p. 57),

continuemos com a caracterização da propriedade, como uma pousada, um hotel, um motel, um resort cuja localização está na zona convencionada como rural, mas as atividades aí desenvolvidas não se vinculam ao mundo rural. Tais empreendimentos não podem ser classificados como equipamentos de turismo rural.

Ademais, se efetuado um quadro comparativo entre os objetivos propostos para cada um dos segmentos apresentados na Figura 2, percebe-se que apenas o turismo rural tem, em sua base conceitual, o homem do campo, a quem se direcionam não só a implementação da atividade, como também seus resultados.

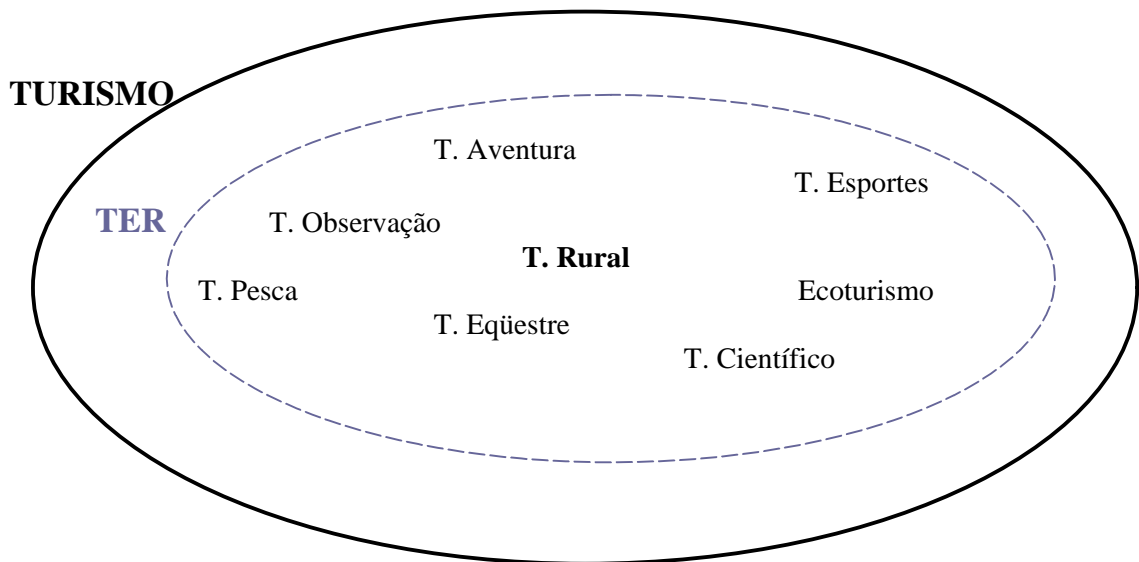


Figura 2 – Localização do turismo rural em relação ao conceito turismo em espaço rural.

SILVA (1997) consegue, em sua definição de turismo rural, destacar pontos fundamentais que reforçam a ligação entre este segmento turístico e a agricultura familiar, mostrando que o abandono das atividades rurais não faz parte do contexto de sua implantação. Segundo este autor, a contratação de mão-de-obra é viável, mas nem sempre necessária, uma vez que se aconselha que o turismo rural seja uma atividade de pequeno porte, não ultrapassando os limites aceitáveis à manutenção do trabalho e gestão familiar. Para o autor, o turismo rural caracteriza-se por

atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro etc) a partir do ‘tempo livre’ das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa (SILVA, 1997, p. 14).

Apesar da clareza na definição apresentada, julga-se importante aliar a esta o conceito formal de turismo rural elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2004) e que servirá de suporte para a

realização da pesquisa aqui proposta. Segundo o documento oficial, entende-se por turismo rural

a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos (BRASIL, 2004, p. 8).

Em função da existência de ambivalência conceitual entre os termos “turismo rural” e “turismo em espaço rural”, é imperioso que se apresente a definição do segundo, no intuito de melhor delimitar o objeto de interesse deste trabalho. SILVA (1997, p. 14) define turismo em espaço rural como sendo

todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste em atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não.

A criação das Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, pelo Ministério de Turismo (2003-2007), representou um grande avanço no debate e na reflexão em torno do desenvolvimento do turismo rural, visto ter sido esta uma atividade permeada por contradições e dissensos no que se refere a seu corpo conceitual. Acredita-se que esta medida irá contribuir imensamente para a determinação dos elementos e das características fundamentais ao turismo rural, para que este possa, efetivamente, atingir seus objetivos e gerar impactos sociais e econômicos positivos.

2.3. O perfil do agricultor familiar e do turista rural

De acordo com o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar (BRASIL, 2004) o baixo nível de renda geralmente encontrado entre os agricultores familiares seria uma das principais motivações que os levariam a buscar alternativas de complemento de renda fora das atividades primárias, o que os tornaria, por conseguinte, pluriativos.

Sempre que esta alternativa se configure no envolvimento com o turismo rural, estes grupos familiares devem ter interesse na manutenção de sua identidade e autenticidade, bem como no resgate e divulgação de seus códigos, costumes e valores.

Quanto ao aspecto ambiental, é imprescindível que os agricultores familiares estejam envolvidos ou dispostos a se comprometer com a conservação, recuperação e preservação ambiental, além do uso racional do solo e de seus recursos.

Ademais, é necessário a ele ter disposição em se capacitar para uma atividade diferente daquela até então exercida, que exigirá da família perda parcial de sua privacidade, paralelamente à mercantilização de sua proverbial vocação em servir.

Evidentemente, em função das adaptações da casa sede e de outros espaços à presença do turista ou do visitante, será exigido do grupo familiar uma quantia de dinheiro suficiente para preparar o espaço para a nova atividade.

Neste sentido, o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar estabelece como público beneficiário

os produtores familiares tradicionais e assentados por programas de reforma agrária, extrativistas florestais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores com métodos artesanais, povos da floresta, seringueiros e suas organizações, entre outros públicos definidos como beneficiários de programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria de Agricultura Familiar (BRASIL, 2004).

Caso o grupo familiar não corresponda ao perfil aqui traçado, a ele não está vetada a prática pluriativa. Entretanto o ideal é a busca por outra atividade que não seja o turismo rural.

Ao mesmo tempo, em que se faz importante a identificação de algumas das principais características do empreendedor em turismo rural, saber quem é o consumidor deste segmento turístico representa um cuidado a ser tomado por aqueles que se dispõem a oferecê-lo. Neste sentido, pesquisas vêm sendo realizadas junto a determinados empreendimentos, cuja finalidade é desenhar o perfil do turista rural.

É fato que a procura por esta atividade turística está intimamente relacionada ao imaginário rural que, segundo VERBOLE (2002, p. 122) tem como componentes

a crença generalizada que a paisagem rural, a natureza com seu verdor e beleza ‘intocados’, a paz e o silêncio, a tranqüilidade, a vida bucólica e idílica longe do mundo artificial, a comida natural e saudável, o lazer e a socialização.

ALMEIDA (2000, p. 10) indica que o consumidor do turismo rural é um homem urbano com alto poder aquisitivo e que como tal, vive inserido na rotina de uma sociedade onde insegurança, poluição e tensão são apenas algumas das inúmeras pressões às quais ele está sujeito. Por conseqüência, busca no campo a oportunidade de interação com a natureza a fim de aliviar-se destas constrições. Suas principais motivações são o retorno à terra, o que, segundo Bernant, citado por CRISTOVÃO (2002, p. 85),

insere-se, assim, num processo mais amplo de reacção à globalização económica e cultural e às suas referências, como a Coca-Cola e a ‘fast-food’, reacção esta em grande parte moldada pelo imaginário associado à ruralidade e a um ideário de comunidade, pelo imaginário ligado à saúde e ao prestígio decorrente do conhecimento e consumo de certos bens e serviços, e por um certo ‘nacionalismo alimentar’.

Lourenço, citado por CRISTOVÃO (2002, p. 85) complementa:

o rural é, desta forma, crescentemente entendido, por grupos cada vez mais alargados de cidadãos, como ‘objecto de consumo’ de conteúdo simbólico e como antídoto do ‘excesso de civilização’, resultante da vida nas áreas urbanas.

Algumas de suas exigências comuns são a hospedagem familiar, alimentação caseira, compra de produtos artesanais e a troca de experiências culturais. Em relação a isto, ALMEIDA (2000, p. 10) comenta que

a originalidade e a simplicidade da vida rural constituem um diferencial. Quanto menor a artificialização da propriedade rural que se abre ao turismo, melhor. O turismo rural precisa resguardar sua especificidade, isto é, ele não pode imitar o turismo oferecido nos centros urbanos.

Ao dirigirem-se para o ambiente rural, os turistas desejam, transpor, completamente, os limites entre a vida urbana e a vida rural, aliviando-se dos mecanismos sociais e empregando seu tempo de tal forma a obter o descanso e o relaxamento almejados e estabelecidos pelo seu imaginário, que lhes apresenta o

campo como um espaço no qual o ambiente é natural, ar e água são puros, os alimentos são caseiros e, portanto, saudáveis, a conversa é sempre agradável ao som de um bom sanfoneiro.

2.4. Características e princípios do turismo rural

Como toda atividade organizada, o turismo rural é permeado por características e princípios cujo conhecimento se faz imprescindível, uma vez que o seu não-cumprimento implica na vulgarização da atividade, tornando-a comum e sem diferencial em relação a outros segmentos do turismo.

A análise de suas características – diversificação dos pólos turísticos, oportunidades de novas fontes de renda ao homem do campo, diminuição do êxodo rural, intercâmbio cultural, conscientização ecológica, segundo HOSKEN (1997, p. 9) – realça os objetivos do turismo rural por lidarem com aspectos de bases semelhantes.

A fim de favorecer a compreensão a respeito desta afirmativa é importante destacar duas questões. Primeiramente, remonta-se à era pré-industrial, fortemente marcada pela manufatura e pela fixação do homem no campo. Processo inverso ocorreu após a Revolução Industrial inglesa, que trouxe para os núcleos urbanos toda uma perspectiva de desenvolvimento econômico, deixando ao campo o papel de saneador das necessidades urbanas (alimento, matéria-prima etc.), conforme PORTUGUEZ (1998, p. 68). Em decorrência da industrialização e da urbanização, ocorreu um esvaziamento do campo em direção às cidades, o que resultou em uma série de problemas para as cidades por não comportarem o volume do êxodo. Em sentido inverso, porém com impacto igualmente negativo, o campo sofreu uma séria diminuição de sua importância.

Segundo ACCARINI (1987, p. 51), o êxodo rural é originário do poder de atração exercido pelas cidades sobre o morador do campo. Entretanto, é necessário destacar os fatores endógenos que ocasionam a expulsão do campo, tais como as adversidades bioclimáticas, as estiagens prolongadas, a mecanização, o baixo retorno financeiro. Ademais, o trabalhador rural depende

da aquisição de bens e meios de produção oriundos de outros setores (sementes, fertilizantes, transporte, etc.), o que encarece o custo de produção e estabelece uma relação de relativa dependência entre o campo e empresas urbanas.

PORTUGUEZ (1998, p. 70) complementa ao afirmar que

uma série de medidas, como: linha de crédito, subsídios, financiamentos de produção, entre outras, foi tomada em nome do socorro ao meio rural, resultando em outros graves problemas como: elevação de custos sociais da produção, incentivo à dependência financeira, juros elevados e até mesmo o comprometimento da posse da terra em caso de longas inadimplências por empréstimos.

Comentando ainda, PORTUGUEZ (1998, p. 71), percebe-se que a soma de todas estas dificuldades retarda o desenvolvimento no campo e força o proprietário a investir de forma alternativa na sua propriedade. Muitos vêm encontrando no turismo rural uma opção, apesar de estarem cientes de que o desenvolvimento do campo não pode se limitar exclusivamente aos impactos gerados pelo turismo rural, uma vez que o espaço rural está entrecruzado por várias outras atividades entendidas como não-agrícolas que também são capazes de elevar a renda dos agricultores.

Ademais, o fato de o Brasil ser um país tropical, de colonização litorânea e detentor de grandes atrativos na zona costeira, fez do litoral uma área de grande apelo turístico. Logicamente, a tendência da atividade foi explorar intensamente o “sol e mar”, tendo como consequência inevitável o saturamento das praias, o que, por sua vez, privou o turista das desejáveis relações de relaxamento e integração com a natureza.

Percebe-se que nem os interesses desenvolvimentistas, nem o turismo privilegiavam o campo. Esta situação começou a ser alterada quando, em 1994 o governo federal criou, através da Portaria Ministerial no. 130, o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo)², destacando a interiorização do turismo como um de seus principais objetivos e apresentando o turismo rural como o segmento turístico mais apropriado para tal realização.

² Extinto em 2003 e substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo.

O que se pretendia não era depreciar o litoral, mas oferecer novas e diferenciadas oportunidades turísticas através das quais abrir ao campo uma alternativa de geração de emprego e renda, com o foco voltado para as atividades não-agrícolas.

Considerou-se, portanto, que os prováveis benefícios do turismo rural não se limitavam somente ao campo enquanto espaço geográfico. Antes, atingiria os proprietários rurais e aqueles que trabalhassem na condição de empregado, pois não dependeriam exclusivamente dos resultados da agricultura para prover seu sustento e de sua família, conforme destacado pelas Diretrizes do Ministério do Turismo (BRASIL, 2003), que estipulam que

atenção especial deve ser dada à mulher, ao jovem, ao idoso, ao assentado, ao agricultor familiar [...] e outros que forem identificados como potenciais beneficiados e envolvidos na atividade.

Apesar de o principal objetivo do turismo rural ser o fomento à economia rural, preocupa-se também com a preservação do espaço natural e das questões culturais presentes. A preocupação do proprietário em estruturar sua propriedade considerando o resgate e a preservação da natureza e da cultural local leva o visitante a comportar-se de forma correta e a perceber o quanto um ambiente saudável pode lhe beneficiar física e mentalmente, segundo PORTUGUEZ (1998, p. 109).

Na mesma proporção, o intercâmbio cultural, ocasionado pela prática do turismo rural faz com que o homem urbano e o homem rural estabeleçam contato entre si e troquem experiências e emoções vividas no seu lugar de origem. Além disso, elementos como a apresentação de grupos folclóricos e a venda de artesanato e de produtos culinários fazem com que a cultura local seja valorizada pelo turista e volte a ter significativa importância para a própria comunidade, o que contribui para diminuir os efeitos da aculturação.

Quanto aos princípios do turismo rural, citados em HOSKEN (1997, p. 9) – identidade própria, autenticidade, harmonia ambiental, preservação das raízes, divulgação dos costumes, atendimento familiar – são apresentados com o

intuito de fortalecer o resgate e a valorização da cultura local, além de atender ao imaginário do homem urbano.

Ao se preparar uma propriedade visando a adequá-la ao turismo rural, as interferências sobre a paisagem e o meio ambiente serão inevitáveis. Entretanto, minimizar seus efeitos é condição lógica de uma atividade de cunho ecológico e cultural. Podem-se tomar como exemplos: a colocação de um parque infantil rústico ao invés de um *playground*, a apresentação de um sanfoneiro local em substituição ao som mecânico como única opção, ou um café da manhã baseado em frutas, chás, biscoitos, pães produzidos na fazenda ou na vizinhança, que agrada muito mais do que a mesma refeição produzida somente com produtos industrializados.

Em concordância com os princípios citados, o aproveitamento máximo da estrutura já disponível é aconselhável por duas razões. Primeiramente, diminui custo de investimento financeiro e, em segundo lugar, agrega valor ao que já existe no local. No caso onde novas edificações são indispensáveis, não se deve fazer uso de arquitetura diferente daquela implantada até então, o que descaracterizaria o conjunto arquitetônico. Por fim, as intervenções na natureza e em edificações históricas devem ser aprovadas e monitoradas pelos órgãos competentes.

2.5. Condições básicas e alternativas para se implantar o turismo rural

Autores como TROPICIA (1998, p. 13), HOSKEN (1997, p. 11) e PORTUGUEZ (1998, p. 93) são unânimes em afirmar que a realização dos objetivos do turismo rural (emprego e renda para o homem do campo, diminuição do êxodo rural, resgate e valorização da cultura rural) pressupõe planejamento prévio. São necessárias formas metodológicas de sensibilização da comunidade, de diagnóstico de viabilidade, de implantação, de monitoramento dos impactos, de divulgação e de venda.

O turismo rural pode ser visto como uma alternativa de sustentabilidade para o homem do campo. Contudo, para que seus impactos incidam

positivamente sobre este grupo é necessário que as intervenções ocorram com base em um planejamento turístico que elenque prioridades, objetivos, metas e ações precisas. Caso contrário, as intervenções tendem a ser mais prejudiciais que benéficas.

A falta de ordenação e planejamento afeta negativamente a todos os públicos e os interesses aí representados. A título de exemplo, podem ser avaliadas as seguintes conseqüências de um planejamento inapropriado:

- a) A comunidade receptora, além de não ser beneficiada economicamente, vê seu patrimônio natural e cultural degradado e seu espaço social invadido por grupos de turistas distanciados das regras de comportamento que deveriam ter sido apresentadas a eles;
- b) As unidades familiares são vistas e usadas pelos turistas, agentes e guias como produtos comerciais simplesmente. Seus costumes e valores são dispensados, uma vez que a prioridade para aqueles é apenas o espaço natural;
- c) Os agentes, guias e o próprio comércio local desgastam sua imagem perante o público consumidor e vêem, pouco a pouco, a demanda turística diminuir e seu negócio se tornar inviável economicamente.

Para muitos proprietários rurais, a implantação do turismo rural em suas propriedades foi a alternativa encontrada para a manutenção ou incremento das mesmas. As experiências destes servem para estimular outros a se envolverem no ramo. Todavia, é importante salientar que vários agricultores familiares optam por outras atividades econômicas que não têm relação com esta. Verdadeiramente, o turismo rural pode ser vantajoso para determinados grupos em função de seu perfil, mas isto não se constitui uma regra, pois, da mesma forma que vários grupos familiares alcançam seus objetivos através da prática turística, para outros, esta não representa uma alternativa interessante e, ou, confiável.

Além disto, o proprietário enfrentará alguns entraves que dificultarão tal realização, como falta de capacitação para a atividade turística, resistência à adoção de uma atividade não-agrícola imposta pela tradição agrícola, baixa

capacidade financeira para assumir riscos, nível escasso de intercâmbio com agências e operadoras de turismo e pouca tradição associativista.

Justamente pela baixa capacidade financeira para adaptar a propriedade de forma a atender a todas as necessidades do turista, é prudente que a implantação do turismo rural seja por meio do associativismo. Cria-se, portanto, um roteiro entre as propriedades envolvidas com a atividade onde uma serve de apoio à outra na oferta dos serviços e produtos de interesse do turista, como alimentação, hospedagem, lazer e descanso, compra de produtos naturais ou beneficiados. Desta forma, não ficam as propriedades obrigadas a equiparem-se com todos estes elementos, facilitando, por conseguinte, o ingresso dos grupos familiares dispostos a tal.

Ademais, se não planejada, a atividade pode ocasionar impactos negativos que comprometerão o espaço natural bem como a qualidade de vida. Entre estes, CAMPANHOLA e SILVA (2000, p. 46) destaca: degradação ambiental, degeneração da cultura local, exclusão de áreas, podendo ocasionar êxodo rural, alteração na moralidade da comunidade local, pela influência da população urbana, abandono das atividades agropecuárias, aumento no custo de vida da comunidade residente. Em contrapartida, pode gerar promoção de maior conscientização ambiental e cultural na comunidade e nos turistas, agregação de novos negócios à economia local, intercâmbio cultural entre turistas e residentes, redução do êxodo rural, melhoria na infra-estrutura básica, conforme a análise de Júnior, citado por CAMPANHOLA e SILVA (2000, p. 166).

A respeito das formas de implantação do turismo rural, TROPIA (1998, p. 29) comenta que, no início do envolvimento com a atividade, algumas propriedades restringem-se a oferecer ao visitante somente oportunidades de lazer, por esbarrarem em dificuldades financeiras que acabam por impedir os proprietários de adequarem sua estrutura à presença do turista. São oferecidos os recursos recreativos que a propriedade dispõe, tais como participação ou observação das práticas agrícolas, visitas a cachoeiras, trilhas, piscina, ou qualquer outro elemento que possibilite o lazer e, ou, descanso do turista.

Porém, considerando que a maioria dos visitantes deseja o lazer associado à hospedagem, a procura por este tipo de empreendimento é limitada, ocasionando um baixo retorno financeiro.

Já em outros casos, cuja situação financeira possibilita adequar o local à hospedagem, mobilizam-se serviços de terceiros para gerar estrutura apta a oferecer lazer, alimentação e hospedagem.

Nestes casos há que se atentar para alguns critérios:

- a) O turismo rural prevê que a prática do lazer deve basear-se primeiramente no contato com a natureza e na observação e, ou, participação nas atividades da propriedade. Portanto, a paisagem na qual a propriedade está inserida é responsável pela capacidade de atração de turistas, tanto quanto pela diversidade de atividades a serem estruturadas e ofertadas.
- b) O turismo rural é, por si, ecológico e cultural, e são os momentos de lazer que proporcionarão o contato e a valorização do meio natural, possibilitando ao homem urbano refletir sobre a melhoria da qualidade do espaço físico em que vive. Cabe ao proprietário dar atenção especial a este item.
- c) Quanto à alimentação, deve ser levado em conta que o turista rural almeja por pratos tipicamente rurais, o que implica em fartura e variedade de frutas, legumes e verduras. O comer bem e a mesa farta são imagens criadas pelo homem urbano da vida no campo, imagens estas associadas a uma vida sem tensão e ao ar livre, enfim, uma vida na qual a cozinha extrapola sua função alimentar, ocasionando encontros entre vizinhos, familiares, amigos e, no caso do turismo rural, hóspedes.
- d) O último item a ser observado diz respeito à hospedagem. Considerando que a recepção deve ser sempre feita pelos membros da família e que o atendimento é igualmente familiar e personalizado, o número de UH (unidades habitacionais) não deve ser superior a 20, para que as características citadas acima não se percam. MAGRO (2002, p. 145), lembra ainda que

o turismo (rural) deve ser feito em menor escala, com soluções de baixo impacto para manter a qualidade do ambiente e conseqüentemente a qualidade da experiência do visitante.

O empreendedor de uma fazenda-hotel precisa conscientizar-se de que está abrindo sua propriedade a visitantes, mas não a está transformando em um hotel. Esta transformação fica a cargo de hotéis-fazendas, tipo de meio de hospedagem que não pertence ao turismo rural. Conforme a definição apresentada por HOSKEN (1997, p. 18) um hotel fazenda é

Uma propriedade inserida no meio rural construída com um grande número de apartamentos (superior a 30 acomodações) e com objetivo de oferecer lazer aos hóspedes. Não exerce, no entanto, atividade produtiva, e a lucratividade, advém, principalmente, da hotelaria.

Diferentemente, a fazenda-hotel é entendida pelo mesmo autor como

uma propriedade produtiva, cuja sede é transformada numa acomodação aconchegante para receber os visitantes. Não deve ser grande o número de apartamentos (máximo 20), pois pode perder uma das principais características, que é a hospitalidade, ou seja, os turistas são recebidos pelos próprios proprietários, o que os faz sentirem-se em casa (HOSKEN, 1997, p. 18).

Silva e Baldan, citados por CAMPANHOLA e SILVA (2000, p. 47), complementam a definição de fazenda-hotel destacando outros aspectos importantes,

A fazenda-hotel está voltada para uma clientela urbana cada vez mais carente de contato com o cotidiano da terra, com a rotina de um modo de vida que, pelo menos no imaginário urbano, remete a uma conciliação com a natureza [...]. Aqui as atrações não são ornamentais e isso é decisivo para o seu sucesso com um público saturado de simulações e banalizações impostas pelo mercado de consumo. A característica básica desses empreendimentos é que as fazendas continuam produtivas. Além de andar a cavalo, contemplar paisagens e praticar esportes, os hóspedes podem vivenciar rotinas como a ordenha a alimentação do gado, o trato dos suínos e as colheitas. Um ingrediente que instiga, seduz e informa.

Outra diferença relevante está no fato de que o ramo hoteleiro visa à lucratividade com base exclusiva na hospedagem, como do caso dos hotéis-fazendas, resorts, hotéis de selva etc. Em contrapartida, o turismo rural encara o lucro advindo do turismo como parte de seu lucro, que deve ser somado a outras atividades lucrativas desenvolvidas pelos membros da família em questão.

CAPÍTULO 3

AGRICULTURA FAMILIAR PLURIATIVA ATRAVÉS DO TURISMO RURAL

Comida da roça, moda de viola. Gente de bom coração. É muito fácil amar Maria da Fé. Diga eu te amo, protegendo, cuidando, acreditando em nossa cidade. Maria da Fé amada. Abrace esta idéia.

(Declare seu Amor a Maria da Fé)³

3.1. Maria da Fé: agricultura e turismo rural

O município de Maria da Fé (MARIA..., 2005) localiza-se, conforme Figura 3, no Planalto da Serra do São João, maciço da Mantiqueira, a 1258 metros de altitude, o que faz com que, no inverno, registre graus negativos de temperatura. A região começou a ser povoada no início do século XIX, entre os anos de 1805 e 1815, quando os fazendeiros José Rodrigues Braga e Maria da Fé de São Bernardo estabeleceram-se no local.

³ Destinado à sensibilização da comunidade para o Turismo Rural.



Fonte: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2005).

Figura 3 – Localização geográfica de Maria da Fé em relação à capital do Estado de Minas Gerais.

A cidade foi Distrito de Cristina e posteriormente de Pedralva até 1911. A 01 de junho de 1912 emancipou-se, tornando-se o município de Campos de Maria da Fé, cujo nome homenageia a lendária fazendeira que, após enviudar ainda muito jovem, assumiu o controle da fazenda da família. Somente em 1923, recebeu a denominação de Maria da Fé.

De acordo com o censo realizado pelo IBGE em 2000, a população total era de 14.607 pessoas, divididas entre área urbana e rural, com 7.812 e 6.795 moradores, respectivamente. Segundo projeção traçada, este número deveria totalizar 15.109 pessoas em 2004.

De acordo com o Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Maria da Fé, atualizado em 2004 pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a cidade desenvolveu-se em torno da linha ferroviária e, desde a origem, teve a prática agrícola como o alicerce de sua economia.

A monocultura da batata foi responsável pelo desenvolvimento econômico e social da cidade de forma, praticamente, exclusiva até o início dos anos 90, como lê-se abaixo:

Grande parte dos moradores da região estava envolvida no processo da bataticultura, a qual contemplava as etapas de plantio, colheita, armazenamento e distribuição do produto. A produção atingiu seu respectivo apogeu nas décadas de 70 e 80, época em que Maria da Fé se tornou a maior produtora de

batatas do território nacional, com o volume anual de 46 mil toneladas (MARIA..., 2005).

Segundo a Secretaria de Cultura e Turismo, a produção de batata era tamanha que justificou a criação, por parte do Estado de Minas Gerais, de uma Ceasa em Maria da Fé, cidade com menos de 10.000 habitantes na época. O objetivo era a concentração de etapas do processo, como o armazenamento e o escoamento da produção. Desta forma, instalou-se uma cooperativa dentro da Ceasa, a Cobata (Cooperativa da Batata). Entretanto, os interesses individuais prevaleceram, e a Cobata desvinculou-se da Ceasa. Como consequência, os principais comerciantes criaram seus próprios armazéns, gerando muito emprego e ocupando diversas ruas de um bairro mais afastado de Maria da Fé, como pode ser visto na Fotografia 1.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 1 – Armazéns particulares que serviam ao ensacamento e à guarda da batata de Maria da Fé.

Esta foto apresenta os armazéns individuais que foram construídos em Maria da Fé quando os cooperados da Cobata tornaram-se independentes da Ceasa. Considerando que esta é apenas uma das ruas destinadas a este fim, tem-se a dimensão exata do volume da produção e de produtores.

Entretanto, a década de 90 desenhou nova e dura realidade para os batateiros. Como pode ser visto na Tabela 2, entre os anos de 1996 e 1997, a contribuição do setor agropecuário para o PIB de Maria da Fé caiu drasticamente, enquanto a indústria e a prestação de serviço mantiveram-se em equilíbrio. A partir de 1998, aumentou parcialmente sua contribuição, em função do envolvimento dos agricultores em outras culturas, como a da cana-de-açúcar e do tomate, que, em termos de rendimento econômico para o município, superaram a batata, como pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto em valores correntes (R\$)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviço	Total
1996	10.927	3.539	16.614	31.080
1997	2.953	3.378	17.641	23.972
1998	7.757	3.337	18.528	29.622
1999	7.064	3.088	18.361	28.513
2000	7.892	3.476	18.128	29.496

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP).

Tabela 3 – Principais produtos agrícolas

Produto	Rendimento médio (kg/ha)
Alho	6.000,00
Arroz em casca	1.200,00
Banana	6.000,00
Batata-inglesa (1. ^a safra)	21.000,00
Batata-inglesa (2. ^a safra)	18.000,00
Cana-de-açúcar	35.000,00
Café	800,00
Feijão (1. ^a safra)	600,00
Feijão (2. ^a safra)	900,00
Laranja	12.900,00
Milho	2.000,00
Tomate	50.000,00
Cebola	10.000,00

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre os fatores que ocasionaram a queda da batata, encontram-se, segundo a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, as sucessivas pragas nas sementes utilizadas para o plantio, os cortes sistemáticos nos investimentos governamentais, as dificuldades oriundas da baixa mecanização do campo e a competitividade com outros mercados, principalmente Argentina e Santa Catarina. Tal quadro gerou aumento no desemprego rural, sério endividamento de vários produtores, dentre os quais alguns viriam a se envolver com o Turismo Rural, além de descrença no futuro da cidade.

Não obstante estas dificuldades, alguns marienses passaram a dedicar seu tempo à busca de uma alternativa para solucionar, ou, ao menos, minimizar os efeitos desagradáveis da crise. A Sra. Maria de Lourdes Fernandes Torres, Dona Lourdinha, como é carinhosamente chamada e conhecida por todos, proprietária e pioneira no turismo da cidade, fez o seguinte relato

eu estava acabrunhada de ver pessoas de brio e trabalhadoras de cabeça baixa e endividadas. Eu tinha agonia de entrar no banco e encontrar determinados ali,

esperando o gerente, só faltando beijar o sapato de tão cabisbaixo, aquilo estava me fazendo mal, e era preciso ver alguma coisa para Maria da Fé sair desta situação.

Envolvida nestes pensamentos, em 1995 procurou a então Secretária Municipal da Agricultura, Sra. Patrícia Bustamante, para pedir algumas mudas de plantas e, aproveitando a oportunidade, comentou a respeito da situação de decadência na qual todos os marienses estavam inseridos em função da crise da batata. Era preciso fazer alguma coisa. A secretária disse somente “Acho que Maria da Fé tem jeito para o Turismo”.

No mesmo dia, a Sr.^a Patrícia procurou Dona Lourdinha, em posse de um documento que havia ficado perdido na Prefeitura Municipal. Este dizia que, caso Maria da Fé não entrasse com o pedido de reclassificação turística junto à Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo – perderia a chance de receber o Selo de Potencial Turístico. O prazo se extinguia em 15 dias.

Decididas, elas escreveram uma circular para sensibilizar a comunidade e conseguiram um grupo de pessoas dispostas a trabalhar. Porém, além do prazo exíguo, surgiu outra questão: para entrar com o pedido do Selo era necessária a criação de um COMTUR (Conselho Municipal de Turismo). Ainda que em meio a dificuldades e desinformações, tais requisitos foram preenchidos e, na data limite, o pedido estava sendo encaminhado para a Embratur.

Pouco tempo depois, na cidade vizinha de Itajubá, ocorreu uma palestra a respeito de turismo rural. Maria da Fé enviou uma delegação de 20 pessoas. A palestra narrava o sucesso obtido pelos proprietários rurais de Lages, Santa Catarina, através do turismo rural. O Sebrae buscava, através do evento, identificar, entre os municípios ali representados, algum no qual pudesse desenvolver um projeto pioneiro intitulado Projeto Turismo Rural⁴. Maria da Fé

⁴ Este projeto foi realizado pela Regional do Sebrae em Pouso Alegre, sob a coordenação do Gerente Regional Joaquim Teixeira Garcia, e executado pela Técnica Jussara Maria Rocha. Concorreu em 2001 ao Prêmio Mário Covas/Prefeitura Empreendedora com mais de 300 municípios, ficando entre os 16 melhores de toda a região Sudeste.

despontou na frente de outros municípios também interessados, pois tinha o Selo de Potencial Turístico, o Comtur e por preencher todos os requisitos necessários⁵.

A Sr.^a Jussara Rocha – técnica do SEBRAE-MG – propõe parceria ao Prefeito Alexandre Cardoso Pinto (1993/1996), e este convida D. Lourdinha para assumir esta articulação. Inicia-se a relação do Sebrae com Maria da Fé, através da figura da Sra. Jussara Rocha, hoje cidadã honorária de Maria da Fé. Porém, lembra o Secretário de Cultura e Turismo, Sr. Walter Alvarenga, que a atividade enfrentou muita resistência no início. Ele comenta

imagine você chegar para um produtor que tinha lucro certo a cada safra (mais ou menos de oito em oito meses) e apresentar a proposta de Turismo Rural dizendo, de antemão, que a atividade demora, em média, cinco anos para começar a dar lucro. Além do que, eles, nem sequer, sabiam o que era Turismo Rural.

O Projeto Turismo Rural transformou-se no Programa de Desenvolvimento Turístico de Maria da Fé sob os cuidados da comunidade. Conforme se lê no texto do Programa Minha Cidade, Meu Lar (PINTO et al., 2003, p. 19)

aprendemos que para desenvolver Turismo Rural é fundamental considerar o espaço rural como matéria-prima desta atividade. Somente com o espaço organizado e produtivo é possível a criação do atrativo turístico principal: o próprio meio rural como base para o desenvolvimento sustentável.

3.2. Projeto piloto turismo rural

O desenvolvimento do Projeto Piloto do Sebrae ocorreu na segunda metade da década de 90, na cidade de Maria da Fé em parceria com a Prefeitura Municipal, empresários e comunidade objetivando criar, através do turismo rural, novos postos de ocupação, equacionar a distribuição de riquezas, favorecer a melhoria da qualidade de vida e resgatar a cidadania e a identidade cultural fortemente abaladas com a crise sócio-econômica vivenciada pelo mariense em virtude da queda da venda da batata.

⁵ Potencial natural, potencial agrícola, articulação de lideranças, existência do COMTUR, fluxo turístico existente e espontâneo, parceria com a Prefeitura Municipal, envolvimento e comprometimento da comunidade local, demanda para ações do SEBRAE.

Como público-alvo, foram eleitos os proprietários rurais cujas propriedades oferecessem oportunidades de envolvimento com o turismo rural, além da EPAMIG. A fase de diagnóstico de viabilidade elegeu oito propriedades, a saber: Estância Fazenda Velha, Fazenda Monte Alegre, Pousada Pomária, Sítio Araucária, Sítio Arco-Íris, Sítio São José da Cachoeira, Sítio Sangri-lá e Fazenda EPAMIG.

O projeto foi estruturado em 10 fases definidas conforme preceitos do planejamento turístico:

- 1.^a fase: Articulação Institucional, visando formação de parcerias que viabilizasse a implantação do Projeto
- 2.^a fase: Sensibilização e Conscientização, mostrando à comunidade, empresários e proprietários rurais que o turismo rural poderia trazer bons resultados para a cidade. Foi uma fase de difícil conclusão, uma vez que havia grande incredulidade e desconhecimento a respeito da atividade turística.
- 3.^a fase: Workshop de Planejamento, objetivando através do contato e debate com a comunidade, identificar pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças para o desenvolvimento do turismo rural no município.
- 4.^a fase: Apresentação do Resultado do Workshop, objetivando divulgar as informações identificadas durante a sua realização a fim de direcionar o planejamento turístico.
- 5.^a fase: Missão, traduzida por uma visita técnica ao município de Lages, SC, a fim de conhecer a experiência de turismo rural lá desenvolvida.
- 6.^a fase: Diagnóstico, objetivando selecionar as propriedades com potencial para o turismo rural.
- 7.^a fase: Consultoria e Acompanhamento, visando a oferecer aos proprietários apoio técnico especializado na adaptação de suas propriedades.
- 8.^a fase: Capacitação Gerencial e Qualificação Profissional, visando a capacitar os proprietários para a atividade turística.
- 9.^a fase: Campanha de Marketing Interno, com o objetivo de fortalecer o orgulho e o apreço do mariense pela sua cidade e pelo produto turístico formado.

- 10.^a fase: Promoção, buscando divulgar o Turismo Rural de Maria da Fé para o mercado consumidor.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 2 – Prédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – antiga estação ferroviária.

As metas foram estipuladas em uma Jornada Técnica ocorrida em 1998 que agrupou 21 representantes da comunidade local. Os temas definidos como prioridades ao desenvolvimento do turismo rural no município foram:

- a) educação/capacitação da comunidade e empresários para o recebimento e atendimento ao turista e visitante.
- b) sensibilização/conscientização dos públicos envolvidos quanto à importância da segurança pública e da preservação do patrimônio natural e cultural.
- c) melhoria visual e estética do ambiente urbano, bem como a necessidade de implantação da sinalização turística.
- d) manutenção das vias de acesso até o município e às propriedades rurais.
- e) promoção do turismo rural e criação de agência receptiva.

- f) promover e fortalecer parcerias com o poder público e privado, além de criação da Associação Comercial.
- g) identificar e estruturar outros atrativos turísticos, além das propriedades rurais.

Várias ações foram tomadas visando à obtenção das metas e dos objetivos, entre as quais se destacam:

- Projeto Maria da Fécula: criar produtos alimentícios e artesanais a partir da fécula da batata. Entretanto, este projeto não teve continuidade e apesar da batata ser uma referência do município, nenhum restaurante ou bar oferecem pratos elaborados a partir da batata, contrariando as expectativas dos turistas.
- Tombamento pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) de alguns prédios como Estação Ferroviária (hoje Centro Cultural), Escola Municipal Arlindo Zaroni, Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes e antiga sede do Banco da Lavoura.
- Curso básico de formação de auxiliares técnicos em restauração e conservação de obras de arte.
- Curso de Monitores de Turismo, que culminou na criação da Amotur – Associação de Monitores de Turismo.
- Projeto Art'Estruturada que culminou na criação da ComArte- Cooperativa Mariense de Artesanato.
- Criação da logomarca da cidade que reproduz a porta principal da Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes (Figura 4).



Fonte: Projeto Turismo Rural.

Figura 4 – Logomarca da cidade.

Com base nas informações acima, percebe-se que o Projeto Turismo Rural foi elaborado conforme as regras do Planejamento Turístico, que estipula a determinação de prioridades, objetivos, metas e estratégias, além da aplicação de inventário e conseqüente diagnóstico dos recursos naturais e culturais passíveis de serem transformados em produtos turísticos. Também foram observadas as regras que dizem respeito à sensibilização e capacitação da comunidade local, a fim de promover seu envolvimento no processo de planejamento e implantação das fases. Finalmente, atenção especial foi concedida ao preceito que estabelece a necessidade de promoção do produto criado.

Outro fator a ser considerado é a flexibilidade dada ao projeto, de forma a permitir a criação de projetos paralelos cujos objetivos estão em consonância com o objetivo geral do macro projeto.

Não obstante, falhas comprometedoras também são facilmente identificadas ao longo deste processo:

- 1) Todos os proprietários estavam em meio a uma crise financeira, portanto seria fundamental que a eles fossem repassadas orientações a respeito do investimento necessário à adaptação das propriedades, bem como esclarecer que o Sebrae estava ali prestando, exclusivamente, o apoio técnico e não financeiro, como alguns proprietários julgavam ser.
- 2) Os proprietários foram levados à cidade de Lages, SC, a fim de trocarem experiências com os proprietários catarinenses já envolvidos com o Turismo Rural a mais tempo. Porém, não foi considerado que a realidade de Lages diferenciava-se e muito daquela encontrada em Maria da Fé. Os proprietários de Lages visualizaram na atividade turística uma oportunidade de crescimento econômico, mas ao fazerem esta opção não passavam por nenhuma crise econômica e nem estavam depositando na nova atividade os últimos recursos financeiros de que dispunham. Além disto, Lages está localizada em torno de outras cidades já consideradas destinos turísticos, diferentemente de Maria da Fé, que não tinha nenhum vínculo efetivo com o Turismo.
- 3) O diagnóstico feito limitou-se a identificar as propriedades que tinham recursos, naturais e culturais, para a prática do turismo rural, mas não

percebeu que estas mesmas propriedades não poderiam abandonar as atividades primárias para assumirem tão só o turismo. Faltou a percepção de que os proprietários não estariam se tornando meros empresários do turismo rural e sim proprietários pluriativos. Para isto eles não foram capacitados.

- 4) Outra falha percebida no diagnóstico, refere-se ao fato de Maria da Fé não ser dotada de pontos turísticos diferenciados e capazes de exercer forte apelo atrativo que justifique a permanência do turista por mais de um final de semana, muito pelos que leve seus visitantes elegerem-na como um destino turístico no qual o retorno poderia propiciar experiências diferentes, pois em uma visita se conhece tudo o que a cidade, incluindo a área rural, tem para oferecer neste aspecto.
- 5) O modo como os proprietários administram o turismo rural, permite deduzir que a capacitação pela qual eles passaram foi limitada às rotinas e procedimentos do tipo “como receber bem o turista”, não considerando as estratégias necessárias de sobrevivência no mercado, que pressupõe contato constante com este mercado, além de qualidade e apelo turístico diferenciado, a fim de que o turista seja atraído e retido pela experiência satisfatória que viveu.
- 6) Por fim, a fase de promoção da cidade nos mercados potencialmente consumidores foi identificada pelos proprietários como uma fase deficiente, pois, segundo dados da Secretaria de Cultura e Turismo, o crescimento do fluxo turístico no período de 1999 a 2001 cresceu 400%, registrando uma média de 1.000 turistas/mês. Entretanto, a partir daí o fluxo vem diminuindo consideravelmente, fato que preocupa os proprietários que investiram na atividade aguardando retorno financeiro.

Após esta breve exposição e análise, a atenção será voltada à apresentação das propriedades rurais para, em seguida, elencarem-se os pontos fundamentais que servem para relacionar a realidade percebida nestes estabelecimentos, com as questões maiores que permeiam este trabalho, ou seja, pluriatividade e agricultura familiar.

a) Sítio Arco-Íris

O Sítio Arco-Íris foi a primeira propriedade visitada durante a realização da pesquisa de campo. A entrevista com o proprietário Benedito Valério logo assumiu o tom de relato de vida, afinal o turismo rural emergiu na vida deste grupo familiar após terem acumulado sérios prejuízos financeiros durante a crise da batata, situação que afetou todo o grupo não só no aspecto financeiro.

A propriedade pertence ao Sr. Benedito há 10 anos. Nela a principal atividade econômica sempre fora a agricultura. Entretanto, com a crise da batata, acumulou dois anos de prejuízos financeiros. O envolvimento da família com a agricultura não se limitava a esta propriedade, pois o plantio da batata também se dava em outra propriedade conjuntamente com o irmão, na qual o prejuízo alastrou-se por oito anos. O entrevistado lembra que “ambas geraram lucros volumosos e surpreendentes na época áurea da batata” e, prontamente, faz uma comparação com o resultado advindo do turismo rural atualmente que, aliais, está em consonância com o público alvo do Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e exposto no Capítulo 2 deste trabalho.

Antes da crise, a batata dava muito mais dinheiro do que o turismo dá hoje; mas a partir da década de 90 a monocultura foi perdendo cada vez mais espaço. O governo, por sua vez, privilegia grãos em detrimento dos tubérculos e tornou-se inviável manter a monocultura mediante a crise. Algumas famílias do município ainda vivem da batata, mas com severas restrições financeiras.

Este comentário explicita algumas questões fundamentais que permearam toda a fala do proprietário: a diferença entre as atividades e seus resultados financeiros, a falta de incentivo à agricultura familiar por parte do governo federal, e as dificuldades de soerguimento enfrentadas pelas famílias que ainda permanecem na bataticultura.

Na continuidade de seu relato, ele revela que à família pertenciam outros negócios, que foram igualmente abalados com a falência das propriedades que representavam a fonte segura de renda. O grupo possuía, desde a época da monocultura da batata, quatro supermercados na cidade de Maria da Fé. Com a crise, porém, conseguiu manter apenas um deles, conseqüência de endividamento

próprio e da falência dos consumidores, já que a circulação de renda na cidade limitava-se aos resultados da produção e venda da batata.

Diante de tamanho prejuízo, o proprietário e os familiares perceberam a necessidade de diversificar a fonte de renda. Foi quando se depararam com a oportunidade de envolvimento com o Projeto Turismo Rural, que já se desenrolava no município. Desta forma, com especial destaque para a iniciativa da filha Michele, decidiram, no ano de 2000, adaptar o Sítio Arco-Íris para esta nova atividade.

Entretanto, novos fatos marcaram esta época. O súbito falecimento do irmão do Sr. Benedito levou a família a desfazer-se da outra propriedade, cuja produção era mecanizada. Hoje, resta apenas o maquinário, por não terem encontrado quem os adquirisse por preço justo. O dinheiro assim obtido serviu de impulso à família e à nova atividade.

Iniciado o trabalho de adaptação do sítio, foi levada em consideração a principal característica do terreno: grande umidade. Portanto decidiu-se por alagar um alqueire, criando, desta forma, um pesqueiro.

A partir de então, o sítio passou a dividir espaço, tempo e mão-de-obra entre atividades diversas. Nos finais de semana e feriados, funciona com fins turísticos com a oferta de dois lagos para pesca, quatro outros para engorda dos peixes, além de quiosques, piscina, pedalinhos, observação de aves, bar e restaurante. Nos demais períodos, o trabalho é voltado para a plantação do milho e da cana-de-açúcar que serve às aves e ao gado, e aos cuidados dos animais, que representam fonte de renda.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 3 – Sítio Arco-Íris: vista parcial do pesqueiro que serve aos hóspedes para pesca e passeios.

b) Sítio Araucária

A origem do Sítio Araucária deve-se à partilha da Fazenda Pomária no ano de 1981, época em que o casal Celso e Roselle Torres passam a ser seus proprietários. No entanto, o casal não assumiu o cuidado da terra logo de imediato, pois ambos tinham outros compromissos profissionais e decidiram adiar tal envolvimento. Somente em 1988, começam a preparar a terra a fim de cultivar produtos orgânicos, mas a produção só viria a ganhar identidade na década de 90 com o Projeto Turismo Rural.

Em 1997, Celso opta por abandonar seus afazeres na cidade e dedicar-se, em tempo integral, à produção orgânica, fundando, no ano seguinte, a APANFÉ (Associação dos Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé) que veio a se tornar um projeto paralelo ao Projeto Turismo Rural.

Até 2002, o produto orgânico representava uma fonte de renda em dois sentidos: primeiramente, como opção de alimentação saudável para um público

atraído pelo conceito do natural e do saudável, e, em segundo plano, como um atrativo turístico construído com base na especificidade da produção e na curiosidade que isto gerava em alguns.

Entretanto, o falecimento de Celso naquele ano, ocasionou uma série de mudanças na vida da família que dissociou-se do processo de produção e gestão da agricultura, atividade que foi arrendada a um antigo empregado do sítio. Hoje, a produção orgânica deixou de ser fonte de renda direta para a família.

Contudo, esta não se desvinculou por completo da agricultura, pois mantém uma horta de subsistência, onde são cultivadas hortaliças, leguminosas e frutas. Ao lado da produção de subsistência, está a plantação de limão, pois, o fruto, após ser beneficiado pela família, torna-se uma bebida licorosa chamada Gentileza, vendida no município e em cidades vizinhas.

Em relação ao turismo, é importante destacar que a experiência desta família com a atividade inicia-se muito antes da crise da batata ou do projeto do Sebrae. Um dos irmãos de Roselle, José Rogério, formou-se em Hotelaria pela Universidade Estácio de Sá, no Estado do Rio de Janeiro, nos anos 80. Após a conclusão do curso, retornou para Maria da Fé, criando infra-estrutura turística em terra herdada com a partilha da Fazenda Pomária. Desde então, parte da família Torres esteve envolvida com o turismo através do trabalho no bar de pau-a-pique que, logo em seguida, foi transformado em restaurante. Além disto, foi criada uma infra-estrutura para o aluguel de cavalos para passeio, organização de festas e hospedagem nos três chalés construídos para este fim.

Em 1987, por iniciativa de Roselle, surgiu a Colônia Rural de Férias na propriedade, mantendo-se ativa até os dias de hoje. O foco da família são as crianças de 6 a 11 anos de Maria da Fé e região interessadas ou estimuladas pelos pais a vivenciarem experiências em um ambiente diferente daquele marcado pelo dia-a-dia na cidade. A cada colônia, o sítio recebe em média 15 participantes, que são recebidos por Roselle e seus filhos exclusivamente – daí a necessidade de não extrapolarem o limite de 15 crianças.

A fim de diversificar as atividades da propriedade, em 1998 Roselle partiu para a cidade de Avaré, Estado de São Paulo, objetivando estudar

equoterapia. A partir de então, os cavalos que serviam para passeios de turistas, visitantes e participantes da colônia passaram a ter nova função: o atendimento terapêutico a indivíduos portadores de deficiências mentais e, ou, motoras.

A equoterapia sofre demanda por parte das escolas locais e clínicas de psicologia, que vêm em busca do espaço e da infra-estrutura ideais para a atividade. Roselle afirma que a equoterapia não se revelou atrativa para os turistas, exceto em casos de missões⁶ do Sebrae, como pode ser visto na Fotografia 4. Aliás, em relação ao turismo rural, a proprietária é categórica em afirmar que

reconheço os bons resultados que a propriedade já obteve com o turismo rural, entretanto, hoje estes números já não são tão volumosos e é impossível manter a família e a propriedade apenas com o dinheiro do turista.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 4 – Sítio Araucária: demonstração da prática de equoterapia.

⁶ Maria da Fé recebe em média uma missão do SEBRAE por mês com o objetivo de conhecer a experiência dos proprietários rurais. As últimas cidades que visitaram os proprietários rurais foram: Itabira com 45 pessoas, Diamantina com 13 e Janaúba com 50.

c) Fazenda Pomária

A Fazenda Pomária e sua proprietária, Dona Lourdinha, têm grande responsabilidade pelo turismo em Maria da Fé, uma vez que, pioneira na atividade, Dona Lourdinha esteve extremamente envolvida com todo o processo de planejamento e implantação do turismo rural na década de 90, como descrito anteriormente.

A entrevista com Dona Lourdinha caracterizou-se por um retorno no tempo. Remontou-se a 1924, quando o pai de seu sogro, Sr. Adimardo Koch Torres, comprou a fazenda juntamente com seus filhos Davi e José Eugênio. Primeiramente, a administração ficou sob os cuidados de Davi. Posteriormente José Eugênio assumiu a administração dos 314 alqueires e comprou as partes pertencentes ao pai e ao irmão, tornando-se o proprietário único.

Dona Lourdinha demonstrou grande orgulho e admiração pelo sogro. Conta que o Sr. José presenteou a cada filho com uma foto sua e de sua esposa e no verso escreveu a seguinte mensagem: “As árvores que plantei falarão de mim aos meus filhos”. Segundo ela, esta mensagem reflete o grande amor que este tinha por suas terras e sua produção e o desejo de que a família mantivesse a propriedade sempre sob seus cuidados.

Na época da compra, a fazenda já era grande produtora de frutas⁷ diversificadas que serviam às fábricas de doce da região, além de cenoura, tomate, batata e oliveira – a muda de oliveira foi trazida de Portugal tão logo a família Koch Torres assumiu a propriedade. Hoje, as oliveiras são um símbolo de Maria da Fé e encontram-se espalhadas por todo o centro da cidade, através do Projeto Paisagístico. Toda a produção era vendida para o Estado do Rio de Janeiro pela atuação dos intermediários.

Apesar de nunca ter sido monocultura de batata, sofreu relativamente as conseqüências da crise, pois durante a década de 80 a batata passou a representar a principal cultura e fonte de renda. Ao se reportar à crise, a entrevistada não se furtou ao seguinte desabafo:

⁷ Daí o nome Pomária.

Durante um passeio, fui até um restaurante e comprei um pacotinho de 160 gramas de batata frita, aí quando fui passar no caixa vi que custava R\$ 2,50. Falei: 'se eu comer esta batata vou morrer'. Fui lá e devolvi porque o saco de sessenta quilos de batata aqui em Maria da Fé estava sendo vendido naquele dia por R\$ 2,60. Devolvi indignada.

A queda no preço da batata transformou a realidade econômica da fazenda e de seus proprietários, que optaram pela atividade turística entendendo esta como uma opção de complemento da renda familiar. A entrevistada aproveitou a ocasião do encontro para manifestar seu prazer pessoal em poder receber pessoas em sua casa.

Contudo, Dona Lourdinha não hesita em afirmar que, se dependesse do dinheiro do turista, não seria possível prover o sustento da família e das terras, principalmente nos últimos anos, nos quais o índice de procura da propriedade pelos turistas encontra-se em sentido decrescente. Dona Lourdinha acredita que as agências receptoras da cidade deveriam fazer contato com agências de outras cidades para aumentar o fluxo de turistas, o que, verdadeiramente, se impõe à dinâmica de qualquer destino turístico.

A sede da Fazenda Pomária, conforme Fotografia 5, serve aos turistas e visitantes de Maria da Fé como espaço de hospedagem rural, enquanto a área verde oferece o lazer rural, como caminhada, leite ao pé da vaca etc. Estas atividades mesclam-se com a prática da agricultura com fins comerciais.

A chegada na propriedade revela ao turista as atividades realizadas em seu interior, conforme demonstrado na Fotografia 6. Uma análise destas atividades permite o reconhecimento desta como uma propriedade pluriativa e preocupada com questões da preservação do meio ambiente.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 5 – Fazenda Pomária: atual casa sede que serve de pousada.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 6 – Fazenda Pomária: destaque para as atividades descritas na porteira – turismo, práticas eqüestres, pecuária, agricultura, mel, manejo sustentável.

d) Fazenda Velha

A Fazenda Velha pertence à família da Sra. Maria Lúcia da Costa desde 1840 através de Sesmaria. Sua principal fonte de renda sempre foi a cultura da batata, com a qual ganhou-se muito dinheiro. Entretanto, o período de 1995 até 2000 foi marcado por prejuízos financeiros que comprometeram o patrimônio da família, como relatado pela Sr.^a Maria Lúcia:

meu pai era um dos batateiros mais ricos de Maria da Fé. Com a crise ele tinha pilhas de cheque sem fundo em cima de sua mesa.

Apesar de terem paralisado a atividade em 2000, seu pai, o Sr. João Costa Campos, retomou o plantio no ano seguinte, tendo como resultado novo e decisivo prejuízo. Isso levou a família a paralisar, definitivamente, a atividade e a optar pelo trabalho com gado leiteiro e com o cultivo do milho para alimentar o animal.

Já em meio à crise financeira, a necessidade de diversificação de fonte de renda impulsionou Maria Lúcia a participar das reuniões que ocorriam na cidade em relação ao turismo, através do Projeto Turismo Rural. Em função disto, decidiu, em conjunto com seu grupo familiar, aproveitar o espaço que serviu como área de lazer à família durante o período de abundância para o envolvimento com o projeto (Fotografia 7).

Inicialmente, abriu um bar com funcionamento aos finais de semana e aluguel do espaço para festas particulares. Em 2000, devido ao retorno financeiro positivo, transformou o bar em restaurante, aumentando a movimentação e o lucro, já que este passou a ser tomado como referência na cidade, devido ao local aprazível, variedade de pratos oferecidos no cardápio e qualidade no atendimento.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 7 – Fazenda Velha: área que serve ao restaurante e aos eventos promovidos.

Entretanto, o sucesso do empreendimento familiar foi percebido por outras pessoas e, rapidamente, estabelecimentos semelhantes surgiram na entrada da cidade. A localização era uma vantagem da concorrência sobre a Fazenda Velha, pois o turista que chegava em Maria da Fé optava pelos estabelecimentos mais próximos. A instabilidade econômica do restaurante dificultou a continuidade da atividade e, durante o ano de 2003, a fazenda limitou-se ao trabalho com o gado.

Em virtude desta nova realidade que se impôs sobre a família, o esposo de Maria Lúcia saiu de Maria da Fé para voltar a trabalhar com a agricultura em propriedade rural na cidade de Alfenas, onde permanece até o momento de conclusão desta pesquisa por não encontrar em sua cidade boa oportunidade de trabalho.

No ano seguinte, a família decidiu empreender novamente, mas desta vez na área de eventos. O local passou a ser palco de eventos dos mais variados tipos: almoços e jantares de confraternização, festas particulares e de empresas, encontros, palestras para um pequeno número de pessoas etc. No entanto, o produto turístico oferecido pela família afastou-se do conceito de turismo rural, aproximando-se do turismo de eventos.

Outra fonte de renda assumida pela família é a confecção de embalagens⁸, que Maria Lúcia produz para embalar os produtos da ComArte (Cooperativa Mariense de Artesanato). Aproveitando a referência da batata, criou sacolas e caixinhas de juta e apresentou a idéia aos cooperados, que a aprovaram prontamente.

Além de produzir as embalagens para Maria da Fé, ainda conseguiu mercado fora da cidade, passando a fornecer embalagens para cidades maiores, como lojas de biquíni de São Paulo. Para ajudá-la nesta tarefa, criou uma equipe de mulheres – filhas ou esposas de ex-batateiros – que, com o pagamento mensal, ajudam a complementar a renda familiar.

A trajetória aqui desenhada revela uma família pluriativa, pois sua renda advém da produção do milho, da venda do leite, da produção das embalagens, do trabalho do chefe do grupo na agricultura e do turismo. Além destes, um dos filhos do casal colabora nas atividades do espaço que sedia o evento, bem como no controle de aluguel das quadras para futebol.

e) Sítio Shangri-lá

O Sítio Shangri-lá está com a família do Sr. Joaquim de Almeida há 10 anos e é resultado da partilha da Fazenda São Luís, totalizando 160 hectares. O pai do proprietário, Sr. Luís de Almeida, sempre tirou da agricultura, principalmente com a produção de batata, e do gado leiteiro o sustento da propriedade e da família.

⁸ Ela criou as embalagens quando as peças cooperativas foram expostas para venda na China. Os membros da cooperativa estavam em busca de uma embalagem diferente e, ao mesmo tempo, que tivesse identidade com a cidade.

Entretanto, como as demais propriedades rurais da cidade envolvidas com a cultura da batata, entrou em crise econômica na década de 90. Objetivando a possibilidade de retomada econômica, a Sr.^a Jurema, mãe do Sr. Joaquim e chefe do grupo familiar desde o falecimento do esposo, tornou-se freqüente às reuniões que ocorriam na cidade em virtude do Projeto Turismo Rural. Como conseqüência, decidiu, mesmo a contragosto dos filhos, ingressar no grupo de proprietários rurais afeitos à idéia da atividade turística.

Desta forma, iniciou-se um breve período de adaptações na propriedade e, em pouco tempo, a Shangri-lá começou a receber os primeiros turistas. Entretanto, a trajetória da atividade na propriedade foi curta, em função de erros administrativos que ocasionaram perdas financeiras e agravaram a crise da família.

O Sr. Joaquim relata:

nunca ganhamos dinheiro com o turista, pois o dinheiro pago por ele era mal administrado. Mesmo assim minha mãe morreu acreditando no turismo rural, a ponto de deixar em testamento que eu somente teria direito legal ao sítio se trabalhasse durante quinze anos com a atividade. Já faz dois que ela morreu e eu ainda não me decidi. Uma coisa é certa: independente da minha decisão, o turismo de Maria da Fé vai dar certo. Pelo ou menos, ela morreu acreditando nisto.

Apesar da última frase do entrevistado apontar para uma crença, percebe-se, na verdade, certa desilusão no que tange a este assunto. Atualmente, ele descreve-se satisfeito com o trabalho na produção orgânica e com o gado leiteiro, sem denotar planos reais de retomada da atividade turística. Depreende-se, portanto que as palavras de incentivo devem-se mais ao respeito guardado pela figura da mãe do que verdadeira convicção em relação ao fato. Ele complementou a afirmação acima

após a morte de minha mãe, alguns irmãos se posicionaram contra a atividade e chegaram ao ponto de dizer que o turismo rural não trouxe dinheiro para a família, mas, em compensação foi o causador do desgaste físico da mamãe, levando-a a adoecer e morrer.

Em função do fracasso econômico e emocional gerado pelo turismo na família, logo em seguida à morte de sua idealizadora, a Sr.^a Jurema, a atividade de hospedagem que acontecia na casa-sede, conforme Fotografia 8, foi

paralisada, recebendo, em caráter excepcional, um grupo de turistas mineiros afinizados à família para passar somente o período de carnaval e o fim de ano na propriedade.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 8 – Sítio Sangri-lá: vista parcial da casa sede e área externa.

Atualmente, nem mesmo este grupo é recebido pelo Sr. Joaquim, que, dedica-se somente às atividades primárias.

f) Sítio Alvorada

O sítio (Fotografia 9), há mais de 10 anos é de propriedade de Célia de Almeida – irmã do Sr. Joaquim, do Sítio Shangri-lá, possui 11 alqueires, dos quais nove são cultivados pela agricultura orgânica, única fonte de renda da família.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 9 – Sítio Alvorada: casa sede onde pretende-se trabalhar com a hospedagem dos turistas.

Imediatamente após a crise da batata, a família como todas as outras apresentadas, buscou uma outra atividade econômica. Ao contrário, porém, daquelas que elegeram o turismo rural, esta optou pelo produto orgânico, contando com o apoio da APANFÉ.

A entrevistada, que nunca havia se interessado pela atividade turística, relata que, com o aumento da venda dos produtos orgânicos, percebeu a existência de certa curiosidade por parte dos consumidores em saber como se dava a produção. Paulatinamente, esta constatação passou a motivá-la a criar uma estrutura para receber turistas a partir de 2005.

Porém, ao segmento turístico, Célia não pretende dedicar-se como à produção orgânica, conforme relato abaixo:

Pretendo que o turismo rural seja um complemento de renda, mas principalmente, vejo-o como um divulgador dos produtos orgânicos que produzimos aqui na Alvorada.

Com esta afirmação, ela impõe limites à atividade turística e esclarece que seu foco de atenção e de investimento é a agricultura praticada conjuntamente com seu primo. Mesmo assim, pretende atingir ainda grupos de estudantes de agronomia e de áreas afins, oferecendo hospedagem e campo de observação da técnica de plantio orgânico.

Nesta propriedade, porém, não foi possível aplicar a entrevista elaborada, uma vez que o grupo familiar ainda não tem envolvimento com a atividade turística que o habilite a comentar a respeito da participação do mesmo na manutenção da propriedade e do próprio grupo. Entretanto, a visita à Alvorada serviu para a coleta de depoimentos nos quais a representante da família atribuiu ao turismo rural a função de complementaridade de renda e de alternativa para dinamizar a venda do produto orgânico.

3.3. As possibilidades e os limites do turismo rural em Maria da Fé

Os itens anteriores a este tiveram o objetivo de apresentar, sucintamente, a trajetória das propriedades envolvidas com o turismo rural na cidade de Maria da Fé. Através do relato dos grupos familiares entrevistados, foi possível conhecer suas histórias, mesmo que parcialmente, culminando no encontro destes com a atividade turística.

O volume de informações coletadas serve para dar início a uma série de conclusões que responderão à questão de interesse deste trabalho. Antes, porém, é necessário frisar que o tema não se esgota neste estudo, principalmente pela falta de precisão de alguns elementos cruciais que possibilitariam uma reflexão mais apurada entre a realidade vivida por estes grupos na época da batata e a partir do momento em que se tornaram pluriativos via turismo rural.

Neste sentido, nota-se que a gestão e o controle da atividade turística é deficiente. Ações importantes como cadastro de turistas, registro de entradas e saídas, controle contábil das despesas e receitas com a atividade turística, entre outras, inexistem na totalidade das propriedades visitadas, o que revela falta de efetiva capacitação e de planejamento estrutural.

Feitas estas considerações e respeitando o roteiro de perguntas que norteou a entrevista aos grupos familiares, segue o resultado da pesquisa.

Entre as seis propriedades entrevistadas, quatro eram rigidamente dependentes financeiramente da batata quando a cultura entrou em crise na década de 90, saber: Sítio Arco-Íris, a Fazenda Velha, o Sítio Shangri-lá e o Sítio Alvorada. Como conseqüência lógica, foram duramente atingidos e levados ao endividamento em face dos compromissos já assumidos com fornecedores de insumos e outros.

A Pomária, apesar de nunca ter sido monocultora, privilegiou a batata durante as décadas de 80 e 90, sendo também abalada, mas não na intensidade das demais, pois tinha outras fontes, como frutas e hortaliças.

O Sítio Araucária, pelo fato de nunca ter cultivado a batata, não foi afetado diretamente pela crise, mas, inegavelmente, os proprietários sofreram suas conseqüências, pois estavam inseridos dentro de um contexto de crise econômica e social que marcou a cidade de Maria da Fé como um todo.

O plantio e a venda da batata representavam para os produtores e demais envolvidos no processo lucro certo e farto. Conseqüentemente, com exceção do Sr. Benedito, do Sítio Arco-Íris, não se preocupavam em manter atividades econômicas paralelas, nem tampouco se estruturaram de forma a diversificar a fonte de renda. Como comenta o Secretário Municipal de Cultura e Turismo do município, “todos eram muito ricos e sabiam que ainda o seriam mais na próxima safra”.

De acordo com as premissas da agricultura familiar estipuladas por CARNEIRO (1999), apresentadas anteriormente, todos os seis grupos familiares se encaixavam no conceito durante o período em que trabalhavam com a agricultura. Em cada propriedade, havia um grupo específico de familiares que empregavam seu tempo às culturas agrícolas, como pai, filhos, irmãos, genros, mas nenhuma destacou a contribuição das esposas no trabalho agrícola, diferentemente do que ocorre hoje, pois quatro das seis propriedades são administradas por mulheres. O chefe do grupo familiar da Pomária, como também do Araucária, faleceram; o da Fazenda Velha passou a residir em outro

município onde encontrou trabalho; e a Alvorada passou a ser administrada pela Sra. Célia após a repartição dos bens familiares.

Além disto, durante o ciclo econômico da batata, em todas havia contratação de mão-de-obra assalariada, temporária ou permanente, mas nem todos os entrevistados souberam precisar o número de postos de ocupação. A contratação evidenciou-se mais naquelas cuja extensão de terra era maior, como a Pomária e a Fazenda Velha, ou onde o grupo familiar em idade correspondente ao trabalho era limitado ao marido e mulher, como no Araucária.

Desconsiderando o Sítio Alvorada e o Sítio Shangri-lá, que ainda não trabalham efetivamente com o turismo rural, três propriedades mantêm mão-de-obra externa à família em função da atividade turística. Entretanto, o número é extremamente limitado, e, em alguns casos, como o da Fazenda Velha, trabalha-se tão somente com uma diarista nos momentos em que a propriedade prepara-se para sediar algum evento.

A Fazenda Pomária conta com a atuação de Dona Lourdinha e de um de seus filhos e, ou, netos. No Sítio Araucária, as atividades turísticas são desenvolvidas pela proprietária Roselle e por seus três filhos. Na Fazenda Velha, apesar da proximidade com o turismo de eventos, será possível considerar a atuação da proprietária Maria Lúcia e de seu filho mais novo.

Até 2001, o Sr. Benedito contou com a participação da esposa e dos cinco filhos na administração e realização das tarefas ligadas ao turismo rural. Todavia, em 2002, os trabalhos operacionais realizados pelos familiares foram entregues a outra família, que se tornou parceira do sítio, e com exceção do proprietário, o grupo familiar do Sr. Benedito limitou-se à gestão do empreendimento.

Durante o período em que o Sítio Shangri-lá ofereceu hospedagem, o trabalho era realizado inteiramente pelos membros da família. Atualmente, as atividades estão paralisadas, mas, caso sejam reiniciadas, há a possibilidade de contratação de mão-de-obra, em virtude de o Sr. Joaquim residir sozinho na propriedade e ter compromissos com a produção orgânica.

Percebe-se, desta forma, que o turismo rural realizado em Maria da Fé observa o princípio de atendimento familiar, apresentado no Capítulo 2, embora tenha gerado poucos postos de trabalho nas propriedades, se comparado com o número de ocupações geradas anteriormente pela bataticultura. Assim, o controle e inibição do êxodo rural, um dos objetivos deste segmento turístico (item 2.2), torna-se de difícil execução.

Conforme exposto no Capítulo 2, o Projeto Turismo Rural foi implantado com o objetivo de criar postos de trabalho e de ocupação, e, por conseguinte, minimizar o êxodo rural. Estes foram os principais argumentos de convencimento da comunidade para que se envolvesse com a atividade. Entretanto, o que a realidade demonstra não é a realização destes objetivos, uma vez que outras atividades, como o artesanato, superaram o turismo rural em números e em poder de atração de visitantes.

Atualmente, 100% das propriedades mantêm-se caracterizadas pela agricultura familiar, e enquadram-se no modelo Pluriativo apresentado por LAMARCHE (1998) e descrito neste trabalho. O Sítio Arco-Íris (turismo, milho, cana-de-açúcar e gado), o Sítio Araucária (turismo, beneficiamento do limão em bebida licorosa), a Fazenda Pomária (turismo e agricultura) e a Fazenda Velha (turismo, artesanato, agricultura e gado), foram consoantes em afirmar que somente com a renda do turismo é impossível manter a propriedade, principalmente por causa da oscilação do fluxo turístico. Não foi relatada intenção de abandonar as atividades primárias, o que fortalece o conceito de turismo rural que, pressupõe uma tríade entre turismo, agricultura e pecuária.

É importante aliar aos relatos dos proprietários a afirmativa do Secretário Municipal de Cultura e Turismo, que afirma que o fluxo de turistas, apesar de não condizer com as necessidades econômicas reais e imediatas dos proprietários e do município, está em consonância com as expectativas do Projeto Turismo Rural que previu ações e resultados a curto, médio e longo prazos,

Hoje o desafio de Maria da Fé é a consolidação do fluxo turístico. Ele está crescente, mas ainda não gera uma demanda de sustentabilidade que possa assegurar que o Turismo já está consolidado ou se dizer que Maria da Fé se mantém pelo Turismo. Mas o Projeto Turismo Rural delinea isto de forma

muito clara. Ele (o turismo) é um valor agregado, é apenas um complemento de renda.

Ademais, na fala de todos os proprietários, foi registrada certa expectativa não satisfeita em relação aos números do turismo rural. Afinal, esperavam mais turistas e mais lucro do que vêm obtendo. Diante deste quadro, é óbvio que não pensem em substituir as atividades primárias pela atividade turística, pois estariam comprometendo seriamente a manutenção da família, da propriedade e do investimento empregado nas melhorias da propriedade visando ao turismo.

Mesmo as propriedades Shangri-lá e Alvorada reconhecem a necessidade de manutenção das atividades agrícolas e percebem o turismo rural como uma forma de impulsionar a produção orgânica.

Dentre as principais dificuldades vividas pelo grupo familiar no início da atividade turística, destacam-se, conforme Tabela 4, a limitação financeira e um limitado conhecimento da atividade, o que impôs certos desvios e atropelos gerenciais, destacados anteriormente.

Tabela 4 – Principais dificuldades encontradas no envolvimento com o turismo rural

Item	Propriedade				
	Arco-Íris	Araucária	Pomária	Velha	Shangri-lá
Recurso financeiro	X	X	X	X	X
Inexperiência com a atividade	X	X	X	X	X
Conhecimento parcial da atividade	X	X	X	X	X
Adequação da fazenda	X	X	X		
Mão-de-obra	X		X		
Não aceitação por membro da família	X				

Apesar do contexto acima revelar-se desfavorável à implantação do turismo rural, paulatinamente, a atividade revelou-se aos marienses como uma alternativa de reversão da crise instalada, graças ao esforço dos responsáveis pelo Projeto Turismo Rural que, durante meses seguidos, dedicaram-se, quase que exclusivamente, a sensibilizar a comunidade e a mostrar aos proprietários que poderiam utilizar o espaço físico que já existia em suas propriedades para ganhar dinheiro, de maneira diferente daquela a que estavam acostumados.

Entretanto, a crítica feita ao Projeto Turismo Rural são aqui retificadas mediante obstáculos e limitações encontrados pelos proprietários rurais na implantação e manutenção da atividade:

- a) O turismo rural prevê pequenas adequações nas propriedades a fim de oferecer aos turistas e visitantes o mínimo de conforto, segurança e privacidade. Por conseguinte, exclui grupos familiares que não dispõem de um mínimo de capital ou força outros a pedirem empréstimos, como no caso de Roselle, que efetuou um empréstimo bancário de R\$ 15.000,00 para preparar o Araucária, valor que, até o período da coleta de dados desta pesquisa, ainda não fora completamente quitado.
- b) Em relação à inserção e capacitação dos proprietários na atividade, o Sebrae, possibilitou a realização de uma missão a Lages, SC, a fim de aprenderem com a experiência dos catarinenses. No entanto, alguns proprietários como, Dona Lourdinha e Sr. Joaquim, frustraram-se com a visita e afirmaram que “o que vimos lá já não era uma fazenda, eles haviam criado um hotel e se esquecido de que o turismo rural não é assim”.
- c) O projeto promoveu treinamentos para todos da comunidade local que se dispusessem. Entretanto, problemas administrativos persistem nas propriedades rurais, ao lado de justificadas preocupações em relação à qualidade da mão-de-obra utilizada para servir aos turistas que buscam a hospedagem ou a diversão nestas propriedades, tanto quanto no comércio local.

Apesar de tantas dificuldades, nenhum proprietário demonstrou arrependimento de se envolver com o turismo. Em apoio a esta conclusão, tem-

se o fato de que, com exceção da Pomária e da Shangri-lá que já possuem estrutura para hospedagem, todas as demais pretendem ampliar a oferta turística, pois acreditam que o turista é fortemente atraído pela possibilidade de permanecer na área rural com a família e, conseqüentemente, tenderia a gastar mais.

Entretanto, antes da realização de novos investimentos é vital para a manutenção do turismo rural em Maria da Fé uma revisão das formas usadas até o momento para a atração dos turistas. A queda da demanda turística no município é inegável e preocupante, e, se esta situação não for revertida, através de ações mercadológicas, novos investimentos representarão risco econômico, principalmente em se tratando de adaptação da propriedade para hospedagem e alimentação.

Neste sentido, é prudente ressaltar que o turismo rural por ser empreendido por proprietários que, em sua maioria, não dispõem de capital suficiente, deve ser organizado e implantado de forma associativista a fim de viabilizar a entrada de propriedades que, em uma ação isolada, não teriam condições financeiras de se preparar adequadamente. Este foi o sentido que o Projeto Turismo Rural deu a Maria da Fé, orientando os proprietários a não concentrarem a oferta dos atrativos e serviços, como pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição de serviços e atrativos por propriedade

Item	Propriedade				
	Arco-Íris	Araucária	Pomária	Velha	Shangri-lá
Hospedagem			X		X
Alimentação integral ou parcial	X		X		X
Lazer rural	X	X	X		X
Esporte				X	
Eventos				X	
Colônia de férias		X			

Caso as intenções de ampliação de oferta de confirmem, todos os proprietários passarem a oferecer atrativos e serviços similares, não havendo mais motivação para o turista se deslocar de uma propriedade para outra, eliminando, por conseguinte, o caráter associativista, explicitado anteriormente. O lucro ficará concentrado, pois não haverá a circulação de público entre as propriedades, e a parceria entre elas, certamente, se esvairá, o que não representa vantagem para a área rural, ou para o município como um todo.

Além disto, incorre-se no risco de passarem a se perceber como concorrentes, como já acontece com as pousadas urbanas que surgiram recentemente para atender o público que visita o município, mas não se interessa pela hospedagem rural.

Novo questionamento pode ser feito em relação ao Projeto Turismo Rural: será que estes proprietários foram verdadeiramente orientados para a prática associativista ou, simplesmente, instruídos a não ofertarem os mesmos elementos?

Enfim, Maria da Fé vive um momento no qual torna-se imperiosa a retomada do turismo rural através de campanhas promocionais e contato com agências de turismo de outras cidades e estados a fim de conquistar nova fatia do mercado consumidor. Em caso contrário, o resultado desta pesquisa mostra claramente que a atividade não contribuirá para o complemento de renda dos agricultores familiares, além de não justificar nem mesmo o investimento feito até o momento.

Não obstante, a pesquisa desenvolvida no município e o contato com a Secretaria de Cultura e Turismo de Maria da Fé revelou dois projetos oriundos do Projeto Turismo Rural – ComArte (Cooperativa Mariense de Artesanato) e Amotur (Associação de Monitores de Turismo) – que, ao contrário daquele, vêm conseguindo gerar mais postos de trabalho e ocupação do que as propriedades rurais, favorecendo a melhoria da qualidade de vida e a permanência do mariense em sua cidade.

Depreende-se daí, portanto, que os grupos familiares que se tornaram pluriativos pelo artesanato estão, atualmente, em melhores condições do que os

que optaram pelo turismo rural. Muitos são os turistas e representantes de lojas de artesanato do Brasil e do exterior que vêm à cidade em busca do artesanato, dinamizando a economia local. A permanência destes na cidade leva ao aumento do consumo em restaurantes, lanchonetes, postos de gasolina e outros, como também a uma maior demanda do trabalho dos monitores de turismo que circulam pela cidade com os turistas a fim de mostrar-lhes os pontos turísticos urbanos. Muitos nem sequer chegam à área rural.

Diante da importância da cooperativa e da associação, será apresentado um breve histórico de cada uma.

a) Cooperativa Mariense de Artesanato e Oficina Gente de Fibrã

No ano de implantação do Projeto Turismo Rural, o SEBRAE, através de parcerias, ofereceu aos moradores da área rural de Maria da Fé o Curso Arte Estruturada, com o objetivo de elaborar um artesanato característico capaz de criar uma identidade com a cidade e sua história, além de instrumentalizar aqueles que, com a falência da batata, viviam em situação crítica. Entretanto, os resultados alcançados extrapolaram o objetivo inicial e foi criada a Cooperativa Mariense de Artesanato, que hoje agrega seis oficinas, gerando postos de ocupação diversos, além de renda através da distribuição nacional e internacional das peças.

O surgimento da ComArte deve-se à iniciativa de Domingos Martins, filho de batateiro e artista plástico, na época, não valorizado em Maria da Fé, em criar uma oficina de arte. A responsável pelo Curso Arte Estruturada apoiou sua intenção e, juntos, criaram um projeto que, ao ser enviado para a Prefeitura Municipal, não recebeu aprovação.

Por esta razão, Domingos passou a trabalhar por conta própria, contando com a ajuda de algumas pessoas e da Associação São Vicente de Paula, que lhe cedeu uma sala vazia de um asilo conhecido localmente como “Vicentão”. Três meses após o início da Oficina Gente de Fibrã⁹, a equipe, composta por cinco mulheres, esposas de lavradores, além de seu idealizador, recebeu o convite para

⁹ Referência à fibra da bananeira – matéria-prima das peças

expor na Feira Nacional de Artesanato de Belo Horizonte. A única exigência imposta foi o envio de sessenta peças.

Este representou o primeiro desafio do grupo. O resultado, porém, foi favorável, uma vez que o impacto positivo das peças sobre o público visitante ocasionou a venda da maioria dos artefatos enviados. A sobra foi adquirida pelo Mãos de Minas¹⁰, através da presidente Tânia Machado que, convicta do poder de comercialização das peças, encomendou outras 200.

O sucesso levou Domingos a criar a segunda Oficina Gente de Fibra, em 1997, mas, apesar do cuidado em manter a mesma matéria-prima, em pouco tempo, uma oficina sobressaiu-se à outra, gerando concorrência e desgaste, em função de um novo estilo criado pelos artesãos da segunda Oficina, que começaram a trabalhar com peças maiores e com um novo design. A solução foi fundir as duas oficinas. Para tanto houve a necessidade de encontrar um espaço maior, que comportasse todos os artesãos e o estoque de peças, conforme demonstrado na Fotografia 10.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 10 – Oficina Gente de Fibra: estoque de peças.

¹⁰ Cooperativa de artesãos que distribui artesanato de qualidade de Minas Gerais para todo o Brasil.

Em seguida, nova questão se impôs ao grupo: a necessidade de regularização da oficina a fim de emitir nota fiscal, além de outros quesitos legais. Por aconselhamento do Sebrae, decidiu-se criar uma cooperativa, para a qual seria necessário o agrupamento de, no mínimo, 20 artesãos.

Neste tempo, o Curso Arte Estruturada continuava acontecendo, paralelamente ao Gente de Fibra, e seus integrantes decidiram incorporar-se à cooperativa. A entrada destes fez com que novas oficinas, além da Gente de Fibra, concentrasse um número suficiente para formar a cooperativa, que passou a trabalhar, também, com crochê, fuxico, vela, retalho e bolsa com corda de fibra de bananeira. Desde o início, porém, a oficina que mais vende é a Gente de Fibra.

Atualmente, a cooperativa totaliza 58 artesãos, dos quais 26 pertencem ao Gente de Fibra e sustentam a família, exclusivamente com o lucro do artesanato, já que todos abandonaram a agricultura após a crise da batata. Somente nas outras oficinas há famílias pluriativas que mesclam seu tempo com a produção primária e com o artesanato. Enquanto uns produzem em sua propriedade, outros trabalham em propriedades alheias.

Ricardo Lima, proprietário de uma loja de artesanato chamada Projeto Terra, localizada no Shopping Vilas Boas, em São Paulo, havia conhecido as peças do Gente de Fibra por intermédio da Cooperativa Mãos de Minas e logo se interessou em comercializá-las. A partir de então, a demanda nacional vem crescendo consideravelmente, e outros lugares além de São Paulo e Belo Horizonte tornaram-se clientes: Tiradentes, Rio de Janeiro, Gramado, Joinville, Natal, São Luís, Salvador e Trancoso.

O próximo passo foi a conquista do mercado internacional através da participação, via Mãos de Minas, em uma Feira Internacional, que projetou o Gente de Fibra. A primeira exportação foi para a Itália. Posteriormente, conquistou e manteve outros clientes, como Argentina, EUA, França, Alemanha (distribui para outros países), Itália (compra 300 peças a cada 06 meses), Espanha, China e Japão (em menor quantidade).

A capacidade de produção do Gente de Fibra é de 2000 peças/mês e não há intenção, por parte do grupo, em expandir este limite. Entretanto, em meses de

pouca incidência direta de luz solar, a produção cai, já que a primeira secagem depende do sol, como pode ser visto na Fotografia 11.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 11 – Oficina Gente de Fibra: secagem das peças no jardim onde está localizada a oficina.

A matéria-prima para as peças – papelão limpo e fibra de bananeira – tornou-se outra fonte de renda para moradores de Maria da Fé, pois, com a crescente procura, os artesãos não têm mais tempo livre para proceder à coleta do papelão. Assim, várias são as pessoas que vendem o papelão para a cooperativa, à época da pesquisa, o preço pago pelo quilo girava em torno de R\$0,25. Até mesmo lojas da cidade vizinha de Itajubá tornaram-se fornecedoras do papelão. Já a fibra de bananeira é retirada e cedida por parentes dos artesãos que moram em áreas em que a produção da fruta é intensa.

Em relação à corda feita da fibra de bananeira, sua produção se dá no bairro Cafarnaum, área rural de Pedralva, sob a responsabilidade de uma família cujos membros vivem, exclusivamente, da renda obtida com esta atividade.

O crescimento das vendas levou a cooperativa a abrir uma loja na cidade para atender o consumidor final e os representantes das lojas. As peças ficam expostas na loja conforme Fotografia 12.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 12 – Com Arte: exposição de peças à venda na loja da cooperativa.

b) Associação de Monitores de Turismo

A Amotur (Associação de Monitores de Turismo) é consequência do Projeto Turismo Rural, pois este previa várias metodologias de capacitação, e

dentre as quais destaca-se a criação de um curso de monitores de turismo que pudessem atender aos turistas e visitantes de Maria da Fé com qualidade.

O público-alvo do curso estava focado nos jovens de, aproximadamente, 15 anos, com o intuito de combater a idéia de que, depois da crise da batata, não havia mais com o quê se ocupar em Maria da Fé. O fato de muitos jovens terem saído da cidade era preocupante. Contudo, mais alarmante era a constatação de que muitos outros nunca haviam freqüentado a escola, visto pertencerem a famílias que lucravam muito com a batata sem atribuírem, por conseqüência, importância à educação formal. Diante do novo quadro traçado pela crise da bataticultura, estes jovens descobriram-se despreparados para qualquer atividade que fosse além do plantio, colheita, armazenamento, transporte e venda.

A tentativa de abrir a primeira turma ocorreu em 1999 e não teve adesão de nenhum jovem da comunidade. Os organizadores procuraram as escolas estaduais solicitando dos professores indicações de bons alunos que pudessem se interessar. Fizeram o mesmo com os proprietários rurais e, em pouco tempo, a primeira turma foi formada com 15 adolescentes, culminando na criação da Amotur em agosto do mesmo ano.

Dois anos depois, a associação sentiu a necessidade de abrir a segunda turma, pois alguns dos monitores já não participavam mais, em função de terem saído da cidade para estudar em cidades vizinhas. Diferentemente do que havia ocorrido em 1999, 137 jovens se inscreveram para as 20 vagas oferecidas, fato que retratou a transformação social pela qual os jovens estavam passando. Segundo relato dos monitores, o curso representava mais do que uma oportunidade de ganhar dinheiro. Era também um meio sadio de crescer e contribuir para a atividade que deveria modificar Maria da Fé.

Atualmente, mais de 20 jovens pertencem à Amotur. Apesar de nenhum deles ser filho de monocultor de batata, todos foram abalados com a crise, uma vez que, sem exceção, seus familiares trabalhavam, direta ou indiretamente, com esta cultura.

A associação divide o mesmo espaço com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, onde os monitores reúnem-se uma vez por semana a fim de

discutirem ações e organizarem o cronograma de atendimentos, como demonstrado na Fotografia 13.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 13 – Amotur (Associação de Monitores de Turismo).

2. CONCLUSÃO

Todos os proprietários rurais entrevistados foram levados a se tornar pluriativos em virtude da crise econômica que os assolou na década de 90 durante a crise da batata. Esta situação foi deflagrada por problemas oriundos da compra de um lote de sementes contaminadas, das dificuldades naturais vividas pelos produtores em função de uma topografia extremamente irregular e montanhosa, o que onerava o custo da produção, além, da entrada de novos concorrentes no mercado.

A bataticultura representava a maior fonte de renda da cidade e de seus residentes. Como consequência lógica, a redução da venda do produto gerou endividamento para àqueles que dependiam quase que exclusivamente da batata, desemprego, crise no comércio local, pela pouca circulação de dinheiro, e abandono relativo da área rural, bem como da cidade.

Diante deste contexto, fez-se urgente a identificação com outra atividade econômica que pudesse contribuir, mesmo que parcialmente, para a recuperação da economia mariense e daqueles que perderam grande parcela do que possuíam. As alternativas encontradas foram variadas e cada produtor encaixou-se naquela que maiores facilidades de envolvimento possibilitassem em época de abalo econômico e que, ao mesmo tempo, lhe inspirasse confiança.

A pluriatividade se revelou no município de diversas formas, dentre as quais se encontra o turismo rural. Verdadeiramente, os agricultores familiares poderiam ter encontrado outra alternativa diferente do turismo, como aqueles que, à época, optaram pelo envolvimento com a produção orgânica, com o artesanato, com a ocupação em serviço doméstico e aqueles que se mantiveram na agricultura, optando por outras culturas ou decidiram continuar com a produção de batata e vender sua produção para a fábrica de batata palha instalada no município.

O turismo rural revelou-se aos produtores em virtude da existência do Projeto Piloto Turismo Rural formulado pelo Sebrae, mas somente com muita dificuldade e em meio a muitas dúvidas e descrenças, tornou-se uma opção. É necessário ressaltar que apenas oito produtores apostaram na atividade e, que destes, alguns abandonaram definitivamente a idéia do turismo, enquanto outros aguardam novo momento de retomada em função dos baixos rendimentos gerados pela atividade e por outras dificuldades com as quais se depararam, inclusive pessoais.

Dentre aqueles que permaneceram, identificam-se relatos que mesclam-se com uma grande expectativa de reerguimento econômico no início da atividade, seguido de breve retorno financeiro, especialmente em 2000 e 2001, e, a partir de então, um declínio lento, mas constante, no número de turistas e visitantes que procuram as fazendas e lá permanecem tempo suficiente para gerar renda que justifique a manutenção da atividade e de novos investimentos.

O número de postos de trabalho nas propriedades caiu vertiginosamente desde a crise da batata, e raras mantêm funcionários fixos em função do turismo rural, dentre os quais a maior parte dedica-se às atividades primárias. Portanto, a atividade turística rural contribui pouco ou nada para a diminuição do desemprego rural, o que é agravado pela falta de qualificação de grande parte dos antigos lavradores, chapistas e outros.

Todos os proprietários visitados demonstraram preocupação com a queda do fluxo turístico, apesar de o Secretário Municipal de Cultura e Turismo afirmar que o número de turistas é constante. Segundo os proprietários, o ano de 2004

registrou um movimento fraquíssimo, situação que os induz a manter-se pluriativos, pois todos são unânimes em afirmar que, mesmo nos anos de pico do Turismo Rural, a renda obtida não se compara àquela advinda da monocultura da batata. Além disto, afirmam, sem titubear, que a renda proveniente da presença do turista é insuficiente para a manutenção da propriedade e da família, o que inviabiliza o projeto de retomada de seu antigo padrão de vida.

Curiosamente, em seu depoimento, nenhum demonstrou descrença definitiva na atividade turística, justamente por reconhecê-la como parte, e não como o todo, da renda familiar. Aliás, é intenção da maioria ampliar os negócios com vistas a maximizar o poder de atração e retenção do turista. Entretanto, há que se reconhecer que o turismo rural em Maria da Fé ainda não cumpriu seu papel de dinamizador da economia dos agricultores familiares, e que novos investimentos, num momento em que a procura pelas propriedades tem se revelado nula, pode representar sério comprometimento financeiro por parte da família.

Segundo o Secretário de Cultura e Turismo, o Projeto Turismo Rural desenhou este cenário por saber que as metas e os prazos somente seriam cumpridos a longo prazo – situação que é verídica ao se falar em turismo. Entretanto, é forçoso indagar sobre a possibilidade de os agricultores familiares sustentarem novos investimentos em uma atividade iniciada na segunda metade da década de 90 e que ainda não se estabeleceu.

Por comparação, o artesanato de Maria da Fé, fruto do Projeto Turismo Rural, através da Cooperativa Mariense de Artesanato, cria mais postos de trabalho e ocupação e gera muito mais renda do que o turismo rural. Hoje, a cidade recebe turistas e representantes de lojas de artesanato, nacionais e internacionais, que vêm exclusivamente para conhecer e comprar as peças, especialmente da Oficina Gente de Fibra. No entanto, estes mesmos visitantes não procuram as propriedades rurais. Nota-se que o segmento turismo de compras é uma realidade positiva e que, em menos tempo do que o turismo rural conseguiu dinamizar a economia local e alterar positivamente a vida daqueles anteriormente dependentes da agricultura.

A oficina que começou a funcionar de forma precária em um local emprestado vem desenhando uma história de rápida ascensão e servindo à população com mais eficácia, pois além do dinheiro deixado na cidade pela compra das peças, movimentam também o comércio local, pelo uso de restaurantes, lanchonetes, postos de gasolina, farmácia, pousadas urbanas, o serviço dos monitores de turismo etc.

Apesar de não representar o objeto desta pesquisa, outra atividade merecedora de destaque é a produção orgânica que se faz presente em várias propriedades antigas produtoras de batata, o que gera emprego e renda para o residente no campo.

O emprego da pluriatividade por parte dos antigos bataticultores de Maria da Fé vem se revelando como uma alternativa promissora e necessária. Entretanto, a pesquisa empreendida com estes grupos familiares não apresenta o turismo rural como a atividade pluriativa de maior sucesso e rentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R. A valorização do espaço rural, uma escolha de sociedade. **Em Destaque**, São Paulo, n. 13, 1997.

ACCARINI, J.H. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

ALMEIDA, J.A. O marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 75-84.

ANDRADE, J.V. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1992.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <www.alemg.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2005.

BALSADI, A. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, mar. 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de turismo rural da agricultura familiar**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de fortalecimento da agricultura familiar**. Disponível em: <www.pronaf.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2005.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000.

CARNEIRO, M.J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio Janeiro, n. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CARNEIRO, M.J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: BRUNO, R.; COSTA, L.F.; MOREIRA, R.J. (org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-343.

CAVACO, C. Turismo, comércio e desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. (org.). **Turismo rural, ecologia, lazer e desenvolvimento**. São Paulo: EDUSC, 2000. p. 69-94.

CRISTÓVÃO, A. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M.; VIANA, A.L.B. (org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 81-116.

FROELICH, J.M. Turismo rural e agricultura familiar: explorando criticamente o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. (org.). **Turismo rural, ecologia, lazer e desenvolvimento**. São Paulo: EDUSC, 2000. p. 181-198.

HOSKEN, F. **Como implantar o turismo rural em sua fazenda**. Viçosa: CPT, 1997. 30 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ECONOMIA – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2005.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. São Paulo: Unicamp, 1993. v. 1.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. São Paulo: Unicamp, 1998. v. 2.

MAGRO, T.C. Ambiente natural e turismo em meio rural. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M.; VIANA, A.L.B. (org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 141-163.

MARIA da Fé. Disponível em: <www.mariadafe.com.br>. Acesso em: 7 maio 2005.

MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v. 11, p. 285-296, 1995.

- PINTO, A.C.; DIEHL, C.M.; ALVARENGA, W.S. **Programa Maria da Fé, Minha Cidade, Meu Lar**. Maria da Fé: Prefeitura Municipal de Maria da Fé, 2003.
- PORTUGUEZ, A.P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1998. 125 p.
- RODRIGUES, A. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. (org.). **Turismo rural, ecologia, lazer e desenvolvimento**. São Paulo: EDUSC, 2000. p. 51- 68.
- RUSCHMANN, D. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 63-74.
- SACCO, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento no sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 349 p.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 243 p.
- SILVA, J.G. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.
- SILVA, J.G. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações. In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 15-62.
- SILVA, F.C.; SANTOS, R.; COSTA, L.F. (org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 115 p.
- TROPIA, F. **Turismo no meio rural**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. 75 p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP. Disponível em: <www.eco.unicamp.br>. Acesso em: 27 maio 2005.
- VEIGA, J.E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- VERBOLE, A. A busca pelo imaginário rural. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M.; VIANA, A.L.B. (org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 117-140.
- ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 127-142.